

**EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO**

**Nº 43/2026**

**Data: 14/07/2026**

**Às 09h00**

**<https://www.gov.br/compras/pt-br>**

**UASG:987915 – N.º Comprasnet 90043**

**OBJETO: SERVIÇO DE ROÇADA DE CAPIM, CAPOEIRA,  
GRAMA E LIMPEZA DE PAVIMENTO INTERTRAVADO.**

**[pregaoeletronico@telemacoborba.pr.gov.br](mailto:pregaoeletronico@telemacoborba.pr.gov.br)**

**(42) 3127-8173\_GABRIEL**





**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 43/2026**  
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15541/2026**

**PREÂMBULO**

A Prefeitura de Telêmaco Borba, por intermédio da **Secretaria Municipal de Administração**, e sob a responsabilidade das Pregoeiras **Matilde Maria Bittencourt**, **Gleise Cristiane Kwas Lucio** e do Pregoeiro **Gabriel Marcondes Pukanski** designados pelo Decreto Municipal nº 29.909/23, torna público, para conhecimento dos interessados, que em atendimento ao Processo de Despesa nº **122 de 09 de maio de 2026**, e com a respectiva autorização da Exma. Prefeita Municipal, realizará a licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, a ser realizado por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – *Internet*, de acordo com a Lei Federal nº. 14.133/21, a Lei Complementar nº 123/06 e Decreto Municipal nº. 29214/23, aplicando-se subsidiariamente as demais normas regulamentares, a realizar-se no local e horário a seguir:

**INFORMAÇÕES GERAIS**

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:	DATA: <b>14/07/2026</b>	HORÁRIO:
<b>09h00min</b>		
UNIDADE COMPRADORA: 987915 – NUMERO DA COMPRA: <b>90043</b>		
MODO DE DISPUTA: ABERTO		
SISTEMA ELETRÔNICO UTILIZADO: <b>SISTEMA DE COMPRAS DO GOVERNO FEDERAL – COMPRAS.GOV.BR</b>		
ENDEREÇO ELETRÔNICO: <a href="https://www.gov.br/compras/pt-br">https://www.gov.br/compras/pt-br</a>		
Referência de Tempo: Para todas as referências de tempo será obrigatoriamente o <u>horário de Brasília – DF</u> .		
OBSERVAÇÃO: <u>Na hipótese de não haver expediente na data fixada, ficará a sessão adiada para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo site e hora, salvo as disposições em contrário.</u>		

**1. DO OBJETO**

- 1.1. A presente licitação tem como objeto para o **SERVIÇO DE CAPIM, CAPOEIRA, GRAMA E LIMPEZA DE PAVIMENTO INTERTRAVADO**, conforme especificações e quantitativos previstos no Termo de Referência (Anexo I), visando atender às demandas da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.
- 1.2. O objeto desta licitação será dividido **em LOTE**, conforme tabela constante do Termo de Referência (Anexo I), facultando-se à licitante a participação em quantos **LOTE** forem de seu interesse.
- 1.3. O **LOTE** é de **AMPLA DISPUTA**, destinado à participação dos interessados que atendam aos requisitos deste Edital, inclusive MEI, ME ou EPP.

**2. DA DESPESA E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

- 2.1. A despesa total com a execução do objeto desta licitação é estimada em **R\$ 3.928.946,94 (três milhões, novecentos e vinte e oito mil, novecentos e quarenta e seis reais e noventa e quatro centavos)**, na forma indicada no Termo de Referência.



2.2. As despesas decorrentes desta licitação estão incluídas no orçamento da Prefeitura de Telêmaco Borba, para o presente exercício, na classificação abaixo:

ANO	CÓDIGO	DOTAÇÃO	RECURSO	VERBA
2026	269	08.004.15.452.1503.2138.3390.39.00.00	00000	PRÓPRIA
2026	270	08.004.15.452.1503.2138.3390.39.00.00	00511	PRÓPRIA
2026	271	08.004.15.452.1503.2138.3390.39.00.00	10520	PRÓPRIA
2026	278	08.004.15.451.1801.2146.3390.39.00.00	00000	PRÓPRIA

### 3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar desta licitação os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

3.2. Os interessados em participar da licitação deverão atender às condições seguintes:

3.2.1. Credenciar-se previamente no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

3.2.2. Remeter, exclusivamente via sistema, a proposta com o preço OU o desconto e, na hipótese de inversão de fases, os documentos de habilitação, até a data e hora marcadas para abertura da sessão;

3.2.3. Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão promotor da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

3.2.4. Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo agente de contratação OU pregoeiro de sua desconexão; e

3.2.5. Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar a exclusão do licitante do certame.

3.5. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº. 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123.

3.7. Não poderão participar desta licitação:

3.7.1. Empresa cujo estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;



- 3.7.2. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 3.7.3. O autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando estes forem os elementos técnicos fundamentais de licitação que versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 3.7.4. A empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 3.7.5. A pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 3.7.6. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;
- 3.7.7. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si; e
- 3.7.8. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
- 3.7.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 3.7.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº. 14.133, de 2021.
- 3.7.11. O impedimento de que trata o item 3.8.10 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 3.7.12. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.8.2 e 3.8.3. poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão.
- 3.7.13. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 3.7.14. O disposto nos itens 3.8.2 e 3.8.3. não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 3.7.15. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.



3.7.16. A vedação de que trata o item 3.8.10. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

#### **4. DA REFERÊNCIA DE TEMPO**

4.1. Todas as referências de tempo previstas neste Edital, no Aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília – DF.

4.2. As sessões serão processadas em dias úteis, no período das 09h às 11h15min e das 13h15min às 17h00min.

4.2.1. Serão considerados como dias não úteis os sábados, domingos, feriados nacionais, municipais e demais feriados e pontos facultativos publicados em Boletim Oficial do Município que interfiram no horário de funcionamento do órgão licitante.

4.2.2. Sessões já iniciadas poderão ser suspensas, cabendo ao pregoeiro informar, através do Sistema, a data e horário para retomada do pregão.

4.2.3. Os prazos para encaminhamento da proposta e dos documentos de habilitação digitalizados serão computados em horas corridas.

4.2.4. Em caso de suspensão, quando da retomada da sessão, os prazos concedidos serão restituídos por tempo igual ao que faltava para sua complementação.

4.3. Havendo calamidade pública, fato relevante devidamente justificado ou necessidade de adequação de horário por motivos de administração interna, os horários previstos no item 4.2 poderão ser alterados, cabendo ao agente de contratação informar previamente às licitantes a alteração e a nova data e horário para retomada do pregão ou concorrência, através do Sistema.

4.4. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração Municipal.

#### **5. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**

5.1. Qualquer pessoa é parte legítima para apresentar pedido de esclarecimento ou impugnar este Edital, devendo protocolar o pedido, por meio eletrônico, através do endereço eletrônico: [pregaoeletronico@telemacoborba.pr.gov.br](mailto:pregaoeletronico@telemacoborba.pr.gov.br), em até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública.

5.2. As respostas aos pedidos de esclarecimento ou às impugnações vincularão os participantes e a Administração e serão divulgadas no Sistema pelo Pregoeiro no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame.

5.3. A impugnação não possui efeito suspensivo, exceto em situações excepcionais devidamente motivadas pelo Pregoeiro.

5.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

5.5. Não serão conhecidas impugnações apresentadas intempestivamente ou em desacordo com as regras estabelecidas neste Edital.

5.6. No caso de recebimento via e-mail, em horário estranho ao funcionamento oficial da unidade responsável pelo acompanhamento da licitação, os prazos estabelecidos neste subitem começarão a correr no primeiro dia e hora úteis subsequentes ao registrado na correspondência eletrônica.





## **6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

- 6.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 6.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 6.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 6.3.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 6.3.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 6.3.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 6.3.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 6.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 6.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 6.6. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 6.7. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 6.8. A falsidade da declaração de que trata os itens 6.3., 6.4. ou 6.5. sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº. 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 6.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 6.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.



6.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

6.12.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

6.12.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

6.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

6.13.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço, ou percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

6.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

## **7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

7.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- a) Valor ou desconto (mensal, unitário, etc, conforme o caso) e valor total do item;
- b) Marca;
- c) Fabricante;
- d) Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

7.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

7.3. Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

7.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto

7.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

7.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.



- 7.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias, a contar da data de sua apresentação.
- 7.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;
- 7.10. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos nesse Edital.

## **8. CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

- 8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 8.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 8.3. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 8.3.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 8.3.2. A classificação inicial da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 8.4. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 8.5. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o agente de contratação OU pregoeiro e os licitantes.
- 8.6. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 8.7. O lance deverá ser ofertado pelo valor **UNITÁRIO POR LOTE**, conforme definido neste Edital.
- 8.8. **A fase de lances se dará pelo valor total do LOTE. Após a conclusão da fase de lances a proposta readequada deverá ser anexada conforme Anexo do Modelo II deste Edital, contendo todos os itens que compõem o LOTE e seus respectivos valores unitários.**
- 8.9. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.
- 8.10. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 8.11. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo).
- 8.12. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 8.13. **MODO DE DISPUTA ABERTO**
- 8.13.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.





8.13.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.14. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

8.15. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela Equipe de Apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

8.16. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

8.17. Encerrada a etapa anterior o sistema ordenará e divulgará os lances em ordem crescente; ou em ordem decrescente (no caso de pregão por maior desconto).

8.18. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.19. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.20. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

8.21. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o agente de contratação ou pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.22. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor original de sua proposta.

8.23. Em relação a itens para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

8.24. Nas condições acima, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.25. A melhor classificada nos termos do subitem anterior poderá encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática.

8.26. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.27. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema realizará automaticamente um sorteio para definir qual fornecedor será convocado na sequência para que se identifique aquele que primeiro poderá apresentar melhor oferta.



8.28. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº. 14.133, de 2021, nesta ordem:

8.28.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

8.28.2. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme previsto no Decreto Municipal nº. 29210, de 2023;

8.28.3. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, nos termos do Decreto Municipal nº. 29211, de 2023.

8.28.4. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, nos termos do Decreto Municipal nº. 29.214 de 2023, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

a) empresas estabelecidas no Estado do Paraná;

b) empresas brasileiras;

c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº. 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

8.28.5. Caso a regra prevista na cláusula 8.27.4 deste Edital não solucione o empate, será realizado sorteio, nos termos da regulamentação municipal.

8.29. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado da classificação.

8.30. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

8.31. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.32. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

## **9. DA FASE DE JULGAMENTO**

9.1. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

9.2. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, por igual período, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

9.3. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9.4. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14, da Lei nº. 14.133/2021, e na cláusula terceira deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

9.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e, também, de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.



9.6. Constatada a existência de sanção, o licitante será excluído, por ausência de condição de participação.

9.7. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.

9.8. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

9.9. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- a) Contiver vícios insanáveis;
- b) Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- c) Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- d) Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e) Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

9.10. A proposta de preços do licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá conter:

9.10.1. Proposta de preços, contendo as informações do modelo do Anexo II deste Edital, vedado o preenchimento desta com dados aleatórios, sob pena de desclassificação;

9.10.2. Preços unitários e totais, em real, em algarismo, com no máximo duas casas após a vírgula;

9.10.3. Constar quantidade de unidades para cada item; descrição detalhada do objeto - conforme o Edital: indicando, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente (quando for o caso); e descrição do objeto deve atender o disposto no ANEXO I do Edital, vinculando-se à licitante;

9.10.4. Indicação de que nos preços ofertados já estão inclusos os tributos, fretes, taxas, seguros, encargos sociais, trabalhistas e todas as demais despesas necessárias à execução do objeto.

**9.11. As propostas readequadas, devem ser enviadas com os valores unitários com 2 (duas) casas decimais, sendo que o valor TOTAL do item não pode ser superior ao ofertado na etapa de lances, ou seja, só serão aceitas propostas que o valor unitário do item multiplicado pela quantidade, resulte em um valor TOTAL igual ou inferior ao ofertado na fase de lances.**

**9.11.1. Caso os valores estejam em desacordo com o item acima, o Pregoeiro enviará via chat, os valores unitário e totais que serão considerados para o item.**

9.12. No caso de aquisição de bens, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

9.12.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata a cláusula 9.12, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

- a) Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- b) Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

9.12.2. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.



9.13. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

9.14. Erros no preenchimento da proposta ou da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A proposta e/ou a planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

9.15. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

9.16. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

9.17. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

## **10. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

10.1. Os documentos previstos abaixo e no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70, da Lei nº. 14.133, de 2021.

10.2. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

10.3. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

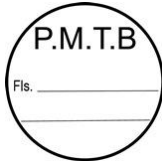
### **10.4. HABILITAÇÃO JURÍDICA**

**a) Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

**b) Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

**c) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**d) Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.



e) **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

f) **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

g) **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

10.4.1. Os documentos constitutivos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

## 10.5. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

a) Prova de regularidade fiscal perante a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) mediante a apresentação do comprovante de inscrição e de situação cadastral emitido pela Secretaria da Receita Federal;

b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Federal, mediante apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União expedida pela Secretaria da Receita Federal (SRF) e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN);

c) Prova de regularidade fiscal perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, fornecida pela Caixa Econômica Federal – CEF, mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS/CRF;

d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

e) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

f) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

g) Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

h) O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

## 10.6. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

10.6.1. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis **dos 2 (dois) últimos exercícios sociais**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da licitante, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados, quando





encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta.

a) Serão considerados aceitos como na forma da lei, o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

I - Publicados em Diário Oficial; ou

II - Publicados em Jornal; ou

III - Por cópia ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da Sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente, inclusive com os Termos de Abertura e Encerramento.

b) O Balanço Patrimonial da Sociedade Anônima ou por Ações deverá ser o publicado em Diário Oficial, sendo que as de capital aberto deverão, ainda, vir acompanhadas de Parecer de Auditor(es) Independente(s). O Balanço Patrimonial das demais empresas deverá ser o transcrito no "Livro Diário" contendo identificação completa da empresa, de seu titular, e de seu responsável técnico contábil, acompanhado de seus respectivos Termos de Abertura e Encerramento. Os Termos deverão estar registrados na Junta Comercial ou Cartório de Títulos e Documentos.

c) Em caso de empresa que ainda não possua balanço patrimonial e demonstrações contábeis já exigíveis, deverá apresentar cópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado na Junta Comercial ou cópia do Livro Diário contendo o Balanço de Abertura, inclusive com os termos de Abertura e de Encerramento, devidamente registrados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

d) As empresas que utilizam o SPED – Sistema Público de Escrituração Digital somente estarão dispensados de apresentar balanços patrimoniais não registrados na Junta Comercial se fizerem prova da utilização da ECD – Escrituração Contábil Digital, acompanhado do recibo de entrega. Este documento é assinado digitalmente, o que supre a ausência de assinatura no balanço apresentado na licitação.

e) No caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos, o Balanço patrimonial e demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício.

10.6.2. Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de Execução Patrimonial dos Sócios no domicílio da pessoa física, conforme artigo 69, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

10.6.2.1. Somente serão aceitas certidões emitidas pelo TJDFR para as empresas sediadas no Distrito Federal, pois sua abrangência não inclui os demais processos de âmbito nacional.

## 10.7. Para fins de **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

### **Capacidade Técnica Operacional (Empresa)**

10.7.1. Registro no Conselho de Classe: Comprovação de registro ou inscrição da empresa licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), dentro do prazo de validade.

10.8. Declaração de Disponibilidade de Frota: Declaração formal de que a empresa possui ou possuirá, até a data da Ordem de Serviço, veículo com as características mínimas exigidas.

### **Capacidade Técnica Profissional (Responsável Técnico)**

10.9. Responsável Técnico (Quadro Permanente): Comprovação de que a empresa possui, na data da entrega da proposta, profissional de nível superior, detentor do atestado de capacidade técnica previsto no item 10.10, nas seguintes áreas: Engenheiro Agrônomo, Ambiental, Florestal ou Biólogo desde que Habilitado para o manejo de flora e controle de espécies invasoras, desde que possua



a devida Anotação de Responsabilidade Técnica (ART/TRT) para jardinagem e paisagismo (vinculado ao **CRBio**). A comprovação do vínculo profissional deverá ser feita via:

10.9.1. Sócio: Contrato Social.

10.9.2. Empregado: Cópia da CTPS ou Livro de Registro.

10.9.3. Prestador de Serviço: Contrato de prestação de serviço vigente.

10.10. Atestado de Capacidade Técnica Profissional, que comprove experiência para o desempenho da atividade pertinente, equivalente ou superior ao objeto licitado acompanhada da respectiva CAT – Certidão de Acervo Técnico, devidamente registrada na entidade profissional competente, que deverá conter no mínimo o nome do profissional, a localização e a identificação do serviço executado e o quantitativo mínimo correspondente a 30% do volume total do serviço de roçada de capim, capoeira e grama, equivalente a 5.588.044,81m<sup>2</sup>.

10.10.1. A exigência de Atestado de Capacidade Técnica Profissional, acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT), visa assegurar que a execução do objeto ficará sob a responsabilidade de profissional com experiência comprovada em serviços de complexidade e escala equivalentes.

10.10.2. O estabelecimento do percentual de 30% sobre o volume total do serviço roçada de capim, capoeira e grama (5.588.044,81m<sup>2</sup>) é uma medida proporcional que resguarda o interesse público e garante a segurança operacional da Administração, sem impor barreiras injustificadas à competitividade, em estrita observância ao princípio da seleção da proposta mais vantajosa e qualificada.

10.10.3. Para fins de comprovação da Capacidade Técnica Profissional, não será admitido o somatório de quantitativos constantes em atestados ou Certidões de Acervo Técnico (CAT) pertencentes a profissionais distintos para atendimento do quantitativo mínimo exigido neste Edital.

10.10.3.1. A comprovação da experiência mínima estabelecida no item 10.10 deverá ser atendida integralmente por um único profissional indicado como Responsável Técnico da licitante, mediante apresentação de atestado de capacidade técnica profissional acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT), devidamente registrada na entidade profissional competente.

10.10.3.2. A vedação ao somatório de acervos profissionais decorre da natureza personalíssima da qualificação técnico-profissional, cuja finalidade é demonstrar que o profissional indicado possui experiência prévia individual em serviços de porte, complexidade e características compatíveis com o objeto licitado, não se confundindo com a qualificação técnico-operacional da empresa nem com a experiência acumulada de equipe técnica.

10.11. A contratada deverá apresentar, **no momento da assinatura do contrato**:



- 10.11.1. Licença Ambiental para Transporte de Resíduos não perigosos e em nome da licitante, expedida pelo órgão ambiental competente;
- 10.11.2. NR1 PGR (Programa de Gerenciamento de Riscos);
- 10.11.3. **NR-06:** Equipamentos de Proteção Individual (EPIs como perneiras, viseiras e luvas).
- 10.11.4. NR7 PCMSO – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional;
- 10.11.5. **NR-12:** Segurança no uso de máquinas (roçadeiras costais e tratores).
- 10.11.6. NR17 - Laudo Ergonômico.
- 10.11.7. NR 38 - Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos.
- 10.12. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
- 10.13. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 10.14. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 10.15. Será verificado se o licitante apresentou no sistema declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).
- 10.16. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 10.17. A documentação poderá ser apresentada em original ou por cópia simples, por meio do sistema. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.
- 10.18. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 10.19. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 10.20. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 10.21. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 10.22. Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.



10.23. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, quando:

- a) Necessários para complementar informações acerca dos documentos já apresentados pelo licitante;
- b) Para apuração de fato já existente à época da abertura do certame; ou
- c) Destinados à atualização de documentos vencidos após a data de recebimento das propostas.

10.23.1. Os documentos complementares, em fase de diligências, terão o prazo de envio estabelecido pelo Pregoeiro, via “chat”, estipulando preferencialmente, o prazo máximo de 30 (trinta) minutos.

10.24. Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.25. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

10.26. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

10.27. Inexistindo preceito legal ou prazo de validade fixado no próprio instrumento, os documentos/certidões serão considerados válidos por um período de 90 (noventa) dias contados da sua emissão, exceto quando se tratar de Certidão Negativa de Falência, que terá validade de 180 (cento e oitenta) dias da sua expedição.

10.28. Caso haja previsão de prazo diverso em lei ou em norma infralegal municipal, de outros estados da federação ou internacional, a licitante ficará responsável por juntar a respectiva comprovação.

10.29. Não será aceito qualquer protocolo de entrega ou de solicitação de documentos em substituição aos documentos relacionados neste Edital.

## **11. DA DECLARAÇÃO DA LICITANTE VENCEDORA**

11.1. Aceita a proposta, a(s) licitante(s) será(ão) declarada(s) vencedora(s) em sessão pública e o resultado do julgamento será divulgado no sistema.

## **12. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

12.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165, da Lei nº 14.133, de 2021 e no Decreto Municipal nº. 29.214, de 2023.

12.2. Quando o recurso apresentado for relativo ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação, a intenção de recorrer deverá ser registrada em campo próprio no sistema em até 10 (dez) minutos, sob pena de preclusão, sendo-lhes então concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para anexar no sistema eletrônico memoriais contendo as razões recursais.



12.3. O prazo recursal será contado a partir da divulgação do resultado da etapa de habilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17, da Lei nº 14.133, de 2021, do julgamento das propostas.

12.4. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

12.5. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.6. Os recursos terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.7. O recurso será dirigido à autoridade que tiver proferida a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.8. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.9. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://telemacoborba.atende.net/transparencia/item/licitacoes-gerais>.

### **13. DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO/CONTRATO**

13.1. A contratação decorrente desta licitação será formalizada mediante a assinatura de termo de contrato, conforme modelo constante do Anexo III.

13.2. A adjudicatária será convocada para assinatura do termo de contrato ou confirmação do recebimento da Nota de Empenho no prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da convocação, sob pena de decair o direito à contratação.

13.2.1. O prazo para assinatura do termo de contrato ou confirmação do recebimento da Nota de Empenho poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação da adjudicatária e desde que ocorra motivo justo, aceito pelo contratante, e que seja formulada antes do decurso do prazo assinalado.

13.3. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas.

13.4. Na hipótese da cláusula acima, os licitantes remanescentes poderão ser convocados, respeitada a ordem de classificação, para celebrar a contratação ou retirar o instrumento equivalente, nas condições propostas pelo licitante vencedor.

13.5. Caso nenhum dos licitantes aceite contratar nos termos previstos na cláusula 16.4, a Administração, observados o valor estimado, poderá:

- a) convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço ou inferior ao desconto do adjudicatário;
- b) adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13.6. Por ocasião da convocação para assinatura do contrato ou para retirada da ordem de fornecimento, a contratante deverá consultar a regularidade da adjudicatária perante o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis), o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), o Cadastro do Município e o Cadastro de empresas punidas pelo TCE/PR e verificar a





validade dos documentos de habilitação fiscal, social e trabalhista apresentados na licitação, por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais, certificando nos autos a regularidade e anexando os documentos obtidos.

13.7. Se não for possível atualizá-los por meio eletrônico, a adjudicatária será notificada para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade de que trata a cláusula 14.4, mediante a apresentação das respectivas certidões vigentes, sob pena de decair do direito à contratação.

#### **14. DA FORMA DE PAGAMENTO**

14.1. O pagamento será efetuado mediante solicitação do contratado e apresentação de nota fiscal referente ao(s) serviço(s) prestado(s) no período devidamente atestados pelo fiscal/gestor de contrato.

14.2. A emissão da nota fiscal e os pagamentos serão efetuados em conformidade com o estabelecido no Anexo I – Termo de Referência.

14.3. A CONTRATADA deverá emitir nota fiscal eletrônica idêntica às informações contidas na nota de Empenho.

14.4. Deverá discriminar todos os tributos obrigatórios no corpo da nota fiscal.

14.5. Para o recebimento do pagamento a CONTRATADA deverá possuir conta corrente jurídica em nome da empresa, com os mesmos dados do contrato/empenho.

14.6. Os pagamentos serão realizados no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da apresentação da Nota Fiscal, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela CONTRATADA, desde que devidamente executados e recebidos pela fiscalização conforme previsto em contrato.

14.7. Os pagamentos a CONTRATADA serão efetuados após observado todas as normas legais vigentes, obrigando-se a mesma, a manter os requisitos exigidos de habilitação no procedimento licitatório que precedeu a celebração do presente contrato/empenho.

14.8. É vedada expressamente a realização de cobrança de forma diversa da estipulada no Anexo I - Termo de Referência, em especial a cobrança bancária, mediante boleto ou mesmo o protesto de título, sob pena de aplicação das sanções previstas no Edital e indenização pelos danos decorrentes.

14.9. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

14.10. A fiscalização reserva-se o direito de não atestar a Nota Fiscal para o pagamento se os bens entregues não estiverem em conformidade com as exigências apresentadas neste Edital.

14.11. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira, sem que isso gere direito a alteração de valor ou a compensação financeira.

14.12. A Prefeitura de Telêmaco Borba poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela contratada, nos termos deste Edital.

14.13. A Prefeitura de Telêmaco Borba fará as retenções de acordo com a legislação vigente e/ou exigirá a comprovação dos recolhimentos exigidos em lei.

14.14. Para efeito da emissão da Nota Fiscal, o número de inscrição no CNPJ da Prefeitura do



Município de Telêmaco Borba é 76.170.240/0001-04 e o endereço é Praça Dr. Horácio Klabin, 37, Centro, Telêmaco Borba, Estado do Paraná.

14.14.1. Em se tratando de contrato/empenho gerado pelo Fundo Municipal de Saúde, para efeito da emissão da Nota Fiscal o número de inscrição no CNPJ é 10.505.434/0001-05 e o endereço é Praça Dr. Horácio Klabin, 37, Centro, Telêmaco Borba, Estado do Paraná.

14.15. Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pela Prefeitura Municipal de Telêmaco Borba, o valor devido será atualizado monetariamente através do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), e acrescido de juros moratórios. A remuneração dos juros moratórios serão os mesmos aplicados a caderneta de poupança. Para apuração destes será considerado o período entre a data de seu vencimento, até a data do efetivo pagamento.

## **15. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS**

15.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou contratado que, com dolo ou culpa:

15.1.1. Der causa à inexecução parcial do contrato;

15.1.2. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

15.1.3. Der causa à inexecução total do contrato;

15.1.4. Deixar de entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo agente de contratação durante o processo e/ou execução do contrato;

15.1.5. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

a) Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

b) Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

c) Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

d) Deixar de apresentar amostra; ou

e) Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do Edital.

15.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

15.1.7. Apresentar declaração ou documentação falsa;

15.1.8. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

15.1.9. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

a) Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

b) Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

c) Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

15.1.10. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

15.1.11. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

15.2. Considera-se inexecução parcial, desde que o objeto ainda seja útil ao contratante:

a) o descumprimento de obrigação acessória;

b) a entrega em atraso do objeto contratado ou o retardamento da execução;

c) o descumprimento de cronograma; ou

d) a entrega parcial do objeto contratado em relação à quantidade ou às especificações e condições pré-determinadas.



**15.3. Considera-se inexecução total:**

- a) o descumprimento da obrigação principal;
- b) o cumprimento em atraso ou parcial da obrigação principal que a torne inconveniente ou desnecessária para a Administração;
- c) a recusa injustificada do adjudicatário em assinar contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido em Edital.

**16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

16.1. Com fulcro na Lei nº 14.133/21, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou contratados as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

16.1.1. Advertência;

16.1.2. Multa;

16.1.3. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Telêmaco Borba; e

16.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

16.2. Serão aplicáveis as sanções abaixo dispostas para as infrações administrativas cometidas pelos licitantes durante o processo licitatório:

16.2.1. Multa, de acordo com os seguintes percentuais:

16.2.1.1. De 0,5% do valor estimado da contratação, para aquele que:

- a) deixar de entregar a documentação exigida;
- b) não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

16.2.1.2. De 10% sobre o valor estimado, em caso de recusa em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente;

16.2.1.3. De 20% sobre o valor estimado, em caso de:

- a) apresentação de declaração ou documentação falsa;
- b) fraude à licitação;
- c) comportamento inidôneo ou fraude de qualquer natureza;
- d) prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- e) prática de ato lesivo previsto no art. 5º, da Lei nº 12.846/13.

16.2.2. Impedimento de licitar e contratar, que será aplicada ao responsável em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 15.1.4 a 15.1.6, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, de acordo com a seguinte dosimetria:

a) deixar de entregar a documentação exigida: Pena – impedimento pelo período de até 6 meses.

b) não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: Pena – impedimento pelo período de até 6 meses.

c) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Pena – impedimento pelo período de até um ano.



d) recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração: Pena – impedimento pelo período de até um ano.

16.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, aplicável em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 15.1.7 a 15.1.11, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 15.1.4 a 15.1.6 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, de acordo com a seguinte dosimetria:

a) apresentar declaração ou documentação falsa: Pena – declaração de inidoneidade pelo período de até quatro anos.

b) fraudar a licitação: Pena – declaração de inidoneidade pelo período de até seis anos.

c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: Pena – declaração de inidoneidade pelo período de até cinco anos.

d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da dispensa: Pena – declaração de inidoneidade pelo período de até seis anos.

e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/13: Pena – declaração de inidoneidade pelo período de até seis anos.

f) para os itens 15.1.4 a 15.1.6 que justifiquem imposição de penalidade mais grave: Pena – declaração de inidoneidade pelo período de até três anos.

16.2.3.1. Serão aplicáveis as sanções abaixo dispostas para as infrações administrativas cometidas pelo contratado:

16.2.4. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, prevista no item 16.1.1, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

16.2.5. Multa, de acordo com os seguintes percentuais:

16.2.5.1. Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias corridos, contados do dia subsequente ao vencimento do prazo previsto neste contrato para o cumprimento da obrigação, termo em que poderá ser considerado descumprimento total da obrigação;

16.2.5.2. Moratória de 3% (três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor do contrato:

a) ante ao descumprimento de obrigação acessória definida nesse instrumento contratual, até o limite de 07 (sete) dias corridos, contados do dia subsequente ao vencimento do prazo previsto neste contrato para o cumprimento da obrigação, termo em que poderá ser considerado descumprimento total da obrigação;

b) ante ao descumprimento de obrigação trabalhista, previdenciária ou ambiental, até o limite de 05 (cinco) dias, contados do dia subsequente ao vencimento do prazo previsto no contrato para a apresentação da documentação comprobatória, termo em que poderá ser considerado descumprimento total da obrigação.

16.2.5.3. A multa prevista no item 16.2.5.2, “a” incidirá sobre o valor da parcela, caso o contrato estabeleça o montante relativo à obrigação acessória.

16.2.5.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste contrato.

16.2.5.4.1. Compensatória, nos seguintes percentuais:

16.2.5.4.1.1. 20% sobre o valor da parcela do objeto não executada, em caso de inexecução parcial do contrato;



16.2.5.4.1.2. 20% sobre o valor contratado, em caso de:

- a) apresentação de declaração ou documentação falsa durante a execução do contrato;
- b) prática de ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportamento inidôneo ou fraude de qualquer natureza;
- d) prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- e) prática de ato lesivo previsto no 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- f) entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;
- g) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- h) dar causa à inexecução total do objeto do contrato.

16.2.6. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas cláusulas 15.1.2, 15.1.3 e 15.1.4, deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, de acordo com a seguinte dosimetria:

a) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo: Pena – impedimento pelo período de até dois anos.

b) der causa à inexecução total do contrato: Pena – impedimento pelo período de até três anos.

c) deixar de entregar a documentação exigida pela Administração contratante: Pena – impedimento pelo período de até 6 meses.

f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado: Pena – impedimento pelo período de até um ano.

16.2.7. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas cláusulas 15.1.7 a 15.1.11, deste Contrato, bem como as cláusulas 15.1.2, 15.1.3 e 15.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, respeitada a seguinte dosimetria:

a) apresentar declaração ou documentação falsa durante a execução do contrato: Pena – declaração de inidoneidade pelo período de até quatro anos.

b) praticar ato fraudulento na execução do contrato: Pena – declaração de inidoneidade pelo período de até seis anos.

c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: Pena – declaração de inidoneidade pelo período de até cinco anos.

d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação: Pena – declaração de inidoneidade pelo período de até seis anos.

e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/13: Pena – declaração de inidoneidade pelo período de até seis anos.

f) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, que justifique penalidade mais grave do que o impedimento de licitar: Pena – declaração de inidoneidade pelo período de 3 a 4 anos.

g) der causa à inexecução total do contrato, que justifique penalidade mais grave do que o impedimento de licitar: Pena – declaração de inidoneidade pelo período de 4 a 5 anos.

16.3. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao contratado, observando-se o procedimento previsto na Lei nº. 14.133/21 e no Decreto Municipal nº. 29216/23.





16.4. Quando da aplicação de advertência, o contratado deve ser notificado formalmente que a reiteração de conduta punida ensejará a aplicação de penalidade mais severa.

16.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

16.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

16.7. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

16.8. Na aplicação da sanção de advertência e multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

16.9. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir. Finda a instrução, o acusado poderá apresentar alegações finais em 15 (quinze) dias úteis, contados de sua intimação.

16.10. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados ao Município.

16.11. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas

e orientações dos órgãos de controle.

16.12. São circunstâncias agravantes:

- a) a prática da infração com violação de dever inerente a cargo, ofício ou profissão;
- b) o conluio entre licitantes ou contratados para a prática da infração;
- c) a apresentação de documento falso no curso do processo administrativo de apuração de responsabilidade; e
- d) a reincidência.

16.13. Verifica-se a reincidência quando o acusado comete nova infração, depois de condenado definitivamente por idêntica infração anterior.

16.14. Não prevalece a condenação anterior, para fins de reincidência:

- a) se entre a data da publicação da decisão definitiva dessa e a do cometimento da nova infração tiver decorrido prazo superior a 5 (cinco) anos;
- b) se tiver ocorrido a reabilitação em relação a infração anterior.

16.15. São circunstâncias atenuantes:

- a) a primariedade;



- b) a conduta do contratado para evitar ou minorar as consequências da infração antes do julgamento;
- c) a reparação do dano antes do julgamento; e
- d) confessar a autoria da infração.

16.15.1. Considera-se primário aquele que não tenha sido condenado definitivamente por infração administrativa prevista em lei ou já tenha sido reabilitado.

16.16. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº. 14.133/21, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/13, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

16.17. A personalidade jurídica do licitante poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Edital ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o licitante, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

16.18. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

16.19. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

16.20. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

## **17. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

17.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

17.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

17.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

17.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

17.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

17.6. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.



17.7. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

17.8. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://telemacoborba.atende.net/transparencia/item/licitacoes-gerais>.

17.9. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência

Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

ANEXO II – Modelo de Proposta de Preços;

ANEXO III – Minuta de Contrato;

ANEXO IV – Custo Roçada

ANEXO V – Custo Capina

Telêmaco Borba, 25 de junho de 2026.

---

**Gabriel Marcondes Pukanski**  
**Pregoeiro**



## ANEXO I

### TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1. OBJETO

**1.1.** A contratação de empresa especializada em serviço de roçada de capim, capoeira, grama e limpeza de pavimento intertravado (paver), com raspagem, remoção, transporte e destinação final dos resíduos com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Cód	Produto	Unidade	Quant. m² por etapa	Nº de etapas no ano	Quant. Total	Valor Unitário	Valor por etapa	Valor Total
24326	Contratação de empresa para prestação serviço de: Roçada de capim, capoeira e grama, em vias públicas, terrenos públicos e lotes baldios no perímetro urbano de Telêmaco Borba, com roçadeira manual a gasolina, trator ou ferramenta manual, conforme Termo de Referência.	M²	<b>886.991,24</b>	21	18.626.816,04	0,20	177.398,25	3.725.363,21
41410	Execução de serviço capina em pavimento intertravado, com raspagem, remoção e transporte dos resíduos, fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos, em terrenos públicos ou passeios públicos no perímetro urbano de Telêmaco Borba, com a utilização de ferramenta manual ou mecanizada, conforme Termo de Referência.	M²	<b>58.166,78</b>	10	581.667,80	0,35	20.358,37	203.583,73
Total máximo R\$ 3.928.946,94								

**1.2.** O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, de acordo com as diretrizes fixadas no Decreto Municipal nº. 29202, de 2023.

**1.3.** O bem objeto desta contratação é caracterizado como comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.



## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 76170240000104-0-000002/2026
- II) Data de publicação no PNCP: 21/12/2025
- III) Id do item no PCA: 1812;1196
- IV) Classe/Grupo: 1

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

3.1. A descrição detalhada da solução pretendida encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares (ETP), documento anexo e parte integrante deste Termo de Referência.

3.2. A estratégia fundamenta-se na contratação de empresa especializada para a execução dos serviços de roçada de capim, capoeira, gramas e limpeza de pavimentos intertravados (paver), abrangendo as etapas de raspagem, recolhimento, transporte de resíduos e o fornecimento integral de mão de obra, materiais e equipamentos necessários para a plena execução do objeto.

3.3. Esta modelagem é tecnicamente a mais resolutiva, uma vez que o setor privado detém expertise metodológica e capacidade de mobilização imediata, fatores que conferem maior agilidade e eficiência à manutenção das áreas públicas do município.

3.4. A opção por uma empresa especializada apresenta vantagens competitivas determinantes, especialmente no que tange ao *know-how* operacional acumulado, permitindo que as demandas municipais sejam atendidas com rigor técnico e conformidade normativa. Tais organizações mantêm padrões de desempenho consolidados e procedimentos de controle de qualidade rigorosos, assegurando que as intervenções alcancem elevados índices de profissionalismo e padronização estética em toda a extensão urbana.

3.5. A eficácia da solução proposta estende-se, obrigatoriamente, à gestão do passivo ambiental gerado, estabelecendo que a contratada assuma a responsabilidade integral e exclusiva pelo acondicionamento, transporte e destinação final da biomassa em unidade receptora devidamente licenciada pelo órgão ambiental competente.

## **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

4.1. A contratação de empresa especializada no serviço de roçada de capim, capoeira, grama e limpeza de pavimento intertravado (paver), com raspagem, remoção, transporte e destinação final dos resíduos com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos será através da modalidade de licitação denominada pregão.

4.2. O objeto desta contratação não se enquadra na categoria de bens de luxo, conforme definido no Decreto nº 29202, de 2023, que estabelece critérios para a identificação de bens dessa natureza.





4.3. A contratada deverá garantir o cumprimento das normas ambientais, de segurança e de saneamento vigentes, gerenciar de forma eficiente e sustentável toda logística relacionada à prestação dos serviços, sempre buscando meios de otimizar a utilização dos recursos disponíveis.

4.4. A omissão ou a ausência de citação expressa a qualquer norma legal, técnica, regulamentadora (NR) ou ambiental neste Termo de Referência não exime a Contratada de sua plena e integral responsabilidade em observá-las e cumpri-las.

4.5. O raio de atendimento a partir da Sede da Secretaria Municipal de Obras varia de 8 a 10 km no perímetro urbano e de 20 a 25 km no perímetro rural.

#### **4.1. Sustentabilidade:**

4.1.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Decreto Municipal nº. 29209, de 2023:

4.1.2. A prestação do serviço deverá seguir as normas ambientais e especificações técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Normas Regulamentadoras, IBAMA e Instituto Água e Terra – IAT.

#### **4.2. Subcontratação**

4.2.1. É expressamente vedada a subcontratação do objeto principal deste Termo de Referência, compreendido pelas atividades finalísticas serviço de roçada de capim, capoeira, grama e limpeza de pavimento intertravado (paver), com raspagem, remoção e transporte dos resíduos, fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos.

4.2.2. A título de atividades-meio, e mediante prévia autorização por escrito da Fiscalização, a Contratada poderá subcontratar os seguintes serviços de apoio:

- Manutenção Preventiva e Corretiva: Serviços de oficina mecânica, funilaria e borracharia para a frota;
- Locação de imóvel: base operacional
- Higienização Técnica: Lavagem e desinfecção periódica dos veículos coletores e equipamentos de proteção;
- Medicina e Segurança do Trabalho: Clínicas para exames admissionais/periódicos (PCMSO) e consultoria para elaboração do PGR;
- Seguros: Corretoras para a manutenção das apólices de seguro da frota e de responsabilidade civil.



- Contratação de Unidade receptora licenciada para recebimento dos resíduos.

4.2.3. A subcontratação parcial do objeto admitida exclusivamente para a destinação final e tratamento de resíduos, permanecendo a CONTRATADA como única responsável perante a Administração por qualquer dano ambiental ou irregularidade técnica cometida pela subcontratada.

4.2.4. A substituição da unidade receptora durante a vigência do contrato depende de prévia e expressa autorização da Administração, mediante a apresentação da documentação ambiental descrita no item anterior, sob pena de rescisão contratual e aplicação de sanções.

4.2.5. A subcontratação das atividades-meio autorizadas não exime a Contratada de sua responsabilidade integral perante a Administração Municipal pela qualidade, prazos e segurança dos serviços prestados por terceiros.

#### **4.3. Garantia da contratação**

4.3.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de 5% do valor contratual, conforme regras previstas no contrato.

4.3.2. No caso de seguro-garantia sua apresentação deverá ocorrer, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.3.3. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.3.4. Caso utilizada outra modalidade de garantia, somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.3.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

#### **4.4. Visita técnica**

4.4.1. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado pelo servidor: Kennedy Willians Ferreira Lopes, de segunda à sexta-feira, das 08:00 às 11:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas.

4.4.2. A vistoria deve ser agendada após a publicação do edital, tendo como prazo máximo para vistoria, 5 dias antes da data da licitação. Esta vistoria deverá ser agendada pelo e-mail: [Kennedy.lopes@telemacoborba.pr.gov.br](mailto:Kennedy.lopes@telemacoborba.pr.gov.br), ou pelo telefone: (42) 3127-8506.

4.4.3. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.4.4. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.



4.4.5. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

4.4.6. A vistoria poderá ser substituída, a critério do licitante, pelos seguintes documentos:

- a) declaração do representante legal da empresa de que conhece o local e as condições da realização do serviço;
- b) declaração do responsável técnico de que possui conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **5.1. Dos Prazos**

**5.1.1.** O prazo de execução da contratação é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, caso necessário até o limite permitido pela Lei nº14.133 de 2021.

**5.1.2.** O prazo de vigência poderá ser prorrogado, por iguais e sucessivos períodos até o limite de 120 (cento e vinte) meses, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

**5.1.3.** O objeto desta contratação caracteriza-se como serviço contínuo, nos termos do art. 6º, inciso XV, da Lei nº 14.133/2021, uma vez que sua interrupção pode comprometer a continuidade das atividades administrativas e o atendimento do interesse público.

**5.1.4.** Não se realizará a prorrogação contratual quando a contratada tiver sido declarada inidônea, impedida ou suspensão temporariamente de participação em licitação e/ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os efeitos.

### **5.2. DO CONCEITO E DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS**

**5.2.1.** Para fins deste contrato, o termo "roçada" refere-se ao corte de vegetação rasteira, e o manejo de arbustos e galhadas (cercas vivas) devendo ambas seguir as orientações do fiscal.

**5.2.2.** A Contratada executará os serviços de roçada de capim, capoeira e grama, além da limpeza de pavimentos intertravados (paver). O serviço abrange vias, logradouros, praças e terrenos de prédios públicos no Município de Telêmaco Borba-PR.

**5.2.3.** A execução compreende:

- Corte mecanizado e manual da vegetação.
- Raspagem de solo e remoção de vegetação invasora em áreas de paver.
- Acabamento obrigatório em bordas, canteiros, contornos de árvores, postes, monumentos e mobiliário urbano.
- Rastelagem, varrição, coleta, transporte e destinação final de todos os resíduos gerados.

### **5.3. DA METODOLOGIA**

**5.3.1.** Os serviços deverão ser realizados com roçadeiras manuais costais (à gasolina) ou equipamentos similares de performance equivalente, garantindo:



- Uniformidade de corte: A altura da vegetação não superior ao padrão adotado pela Secretaria Municipal de Obras (1cm a 3cm), conforme orientação técnica para cada tipo de espaço e solo.

- Sincronismo: A limpeza (rastelagem e varrição) deve ser imediata à roçada, proibindo-se o acúmulo de resíduos que possam obstruir sistemas de drenagem pluvial ou comprometer a mobilidade urbana.

**5.3.2.** Executar a limpeza através de capina manual ou mecanizada, em todas as extensões cobertas com pavimento intertravado (paver), nos locais especificados.

**5.3.3.** Utilizar barreiras com tela de proteção a fim de se evitar acidentes com funcionários e pedestres, bem como danos materiais a terceiros que trafegarem nas proximidades da prestação de serviço;

**5.3.4.** Rastelar, varrer, raspar as áreas de sarjeta e amontoar os resíduos com posterior ensacamento e transporte;

**5.3.5.** Nas áreas de roçada que constar plantas e arbustos, fica sob responsabilidade da contratada a retirada manual das plantas daninhas, promovendo a limpeza das mesmas, bem como a limpeza em mesmo teor de alambrados;

**5.3.6.** A contratada deverá tirar fotos georreferenciadas com data e hora da área roçada, sendo obrigatória no mínimo uma antes e uma após o serviço, e estas devem ser enviadas para o setor requisitante via e-mail.

#### **5.4. Obrigações e Normas Técnicas**

**5.4.1.** Cumprimento integral das Normas Regulamentadoras do MTE, com foco na NR 18 (Segurança na Indústria da Construção), NR 38 (Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos) e uso obrigatório de EPIs e EPCs (sinalização de vias, telas de proteção contra projeção de detritos, etc.).

**5.4.2.** Responsabilidade total da Contratada por eventuais danos causados ao patrimônio público ou a veículos e imóveis de terceiros durante a execução.

**5.4.3.** Observância às diretrizes da ANVISA e órgãos ambientais, sendo vedado o uso de herbicidas ("mata-pasto") sem autorização expressa e licenciamento específico.

#### **5.5. DETALHAMENTO DOS LOCAIS**

DENOMINACAO	EXECUCAO	REGIAO	CALÇ PAVER (m²)	GRAMA (m²)	TOTAL
PRACA DA FAMILIA	SMCER	RP 01 - 1	5.344,02	7.896,71	13.240,73
JARDIM FUNPREV	SMOSP	RP 01 - 2	0,00	147,80	147,80
CANTEIROS DA RODOVIARIA	SMOSP	RP 01 - 3	0,00	1.099,09	1.099,09
PRACA LARGO C G S GRONTHI	SMCER	RP 01 - 4	240,00	264,94	504,94
CANTEIROS E ROTATORIAS AV. ELIOMAR MEIRA XAVIER	SMOSP	RP 01 - 5	0,00	1.085,00	1.085,00
CANTEIROS AV. SANTOS DUMONT	SMOSP	RP 01 - 6	0,00	174,21	174,21
CANTEIRO CENTRAL VILA CARREIRA	SMOSP	RP 01 - 7	0,00	740,14	740,14
CEMITERIO SAO MARCOS	SMOSP	RP 01 - 8	0,00	26.955,69	26.955,69
ARQUIVO MUNICIPAL	SMOSP	RP 01 - 9	0,00	163,41	163,41
PRACA HORACIO KLABIN	SMOSP	RP 01 - 10	0,00	13.885,28	13.885,28
CANTEIRO PREFEITURA - SEDE	SMOSP	RP 01 - 11	0,00	3.240,40	3.240,40
CANTEIRO CAMARA MUNICIPAL	SMOSP	RP 01 - 12	0,00	205,55	205,55
CANTEIROS AV. CHANCELER HORACIO LAFER	SMOSP	RP 01 - 13	0,00	1.982,27	1.982,27



PRACA FRENTE HOSPITAL FEITOSA	SMOSP	RP 01 - 14	0,00	184,72	184,72
CANTEIRO RUA JOAQUIM TAVORA	SMOSP	RP 01 - 15	0,00	19,43	19,43
CANTEIRO RUA LONDRINA	SMOSP	RP 01 - 16	0,00	31,36	31,36
CANTEIRO AV. DESEMBARGADOR EDMUNDO MERCER JUNIOR	SMOSP	RP 01 - 17	0,00	17,51	17,51
CANTEIRO E ROTATORIA AV. SAMUEL KLABIN	SMOSP	RP 01 - 18	0,00	99,38	99,38
CANTEIRO CASA ARTESAO	SMOSP	RP 01 - 19	0,00	1.609,80	1.609,80
ROTATORIA RUA MONTE ALEGRE	SMOSP	RP 01 - 20	0,00	31,53	31,53
CANTEIRO RUA MANOEL RIBAS	SMOSP	RP 01 - 21	0,00	12,00	12,00
PRACA DA BIBLIA	SMCER	RP 01 - 22	783,88	323,12	1.107,00
ROTATORIA AV. SAMUEL KLABIN	SMOSP	RP 01 - 23	0,00	62,42	62,42
AREA ANTENA TV	SMOSP	RP 01 - 24	0,00	763,16	763,16
PRACA DOS PASSAROS	SMCER	RP 01 - 25	0,00	347,13	347,13
PASSEIO RUA GUANABARA E MONTEVIDEU	SMCER	RP 01 - 26	0,00	443,03	443,03
PRACA ANTONIO ANDRADE - RUA BAHIA	SMCER	RP 01 - 27	1.120,69	910,00	2.030,69
CANTEIRO E ROTATORIA AV. PRESID KENEDY	SMOSP	RP 01 - 28	0,00	2.997,31	2.997,31
CANTEIRO AV. PARANA	SMOSP	RP 01 - 29	0,00	104,00	104,00
PRACA DOS PINHEIROS	SMCER	RP 01 - 30	3.100,00	16.902,80	20.002,80
PRACA RUA JOSE CARLOS REIS	SMCER	RP 01 - 31	0,00	200,86	200,86
UBS NOSSA SENHORA DE FATIMA	SMCER	RP 01 - 32	0,00	540,89	540,89
COMPLEXO LAZER JAIR NEVES	SMCER	RP 01 - 33	470,07	16.263,12	16.733,19
CCC	SMOSP	RP 01 - 34	0,00	2.745,07	2.745,07
AREA VERDE RUA INDEPENDENCIA	SMCER	RP 01 - 35	0,00	186,74	186,74
PRACA PEDRO CORTEZ	SMCER	RP 01 - 36	4.560,24	11.444,00	16.004,24
ROTATORIA 2 RUA BRAULIO BATISTA LEAL	SMOSP	RP 01 - 37	0,00	152,26	152,26
CANTEIRO RUA CARAMURU	SMOSP	RP 01 - 38	0,00	651,30	651,30
PRACA MARINO CARDOSO LOPES FRENTE AO AZILO	SMCER	RP 01 - 39	508,30	599,76	1.108,06
CANTEIRO AV. OZORIO DE ALMEIDA TAQUES	SMOSP	RP 01 - 40	0,00	1.121,05	1.121,05
ROTATORIA E CANTEIRO RUA BRAULIO BATISTA LEAL	SMOSP	RP 01 - 41	0,00	102,12	102,12
ROTATORIA RUA DOM PEDRO II	SMOSP	RP 01 - 42	0,00	88,27	88,27
ALBERGE NOTURNO	SMOSP	RP 01 - 43	0,00	29,35	29,35
PRACA 1 LAURO NEVES - ROCADA KI BARATAO	SMCER	RP 01 - 44	567,20	708,64	1.275,84
PRACA 2 LAURO NEVES - ROCADA KI BARATAO	SMCER	RP 01 - 45	276,00	296,50	572,50
CANTEIRO EM FRENTE ESCOLA MAMAE MARTA MARGARIDA	SMCER	RP 01 - 46	0,00	772,80	772,80
PRACA EZIEL MATIAS DE OLIVEIRA	SMCER	RP 01 - 47	484,21	653,77	1.137,98
ROTATORIA E CANTEIRO AV. EUCLIDES BONIFACIO LONDRES	SMOSP	RP 01 - 48	0,00	186,28	186,28
CANTEIRO QUADRA CEM CASAS	SMCER	RP 01 - 49	0,00	285,96	285,96
PRACA AROLDI FERREIRA DA COSTA	SMCER	RP 01 - 50	595,67	777,16	1.372,83
CANTEIROS RUA LIONS CLUBE	SMOSP	RP 01 - 51	255,00	985,29	1.240,29
CANTEIRO RUA SAO PAULO	SMCER	RP 01 - 52	315,74	281,90	597,64
CANTEIRO AV JAIR MACHADO NOCERA	SMOSP	RP 01 - 53	0,00	196,61	196,61
AREA VERDE - FUNDOS GUARDA MIRIM	SMOSP	RP 01 - 54	0,00	3.643,23	3.643,23
UBS CENTRO	SMS	RP 01 - 55	0,00	59,00	59,00
CAPS CENTRO ATEND PSICOSSOCIAL	SMS	RP 01 - 56	0,00	412,00	412,00





CENTRO ODONTOLOGICO	SMS	RP 01 - 57	0,00	170,00	170,00
ENTORNO CASA FORÇA COPEL	SMS	RP 01 - 58	0,00	1.800,00	1.800,00
AREA VERDE RUA GUANABARA	SMS	RP 01 - 59	0,00	160,12	160,12
CANTEIRO IGREJA CATOLICA	SMOSP	RP 01 - 60	0,00	154,29	154,29
AREA VERDE RUA MONTEVIDEO	SMOSP	RP 01 - 61	0,00	2.070,24	2.070,24
CANTEIRO TRAVESSA MERCÚRIO	SMOSP	RP 01 - 62	0,00	93,92	93,92
CANTEIRO TRAVESSA J OLIVEIRA	SMOSP	RP 01 - 63	0,00	93,00	93,00
AREA INSTITUCIONAL V CARRERA	SMOSP	RP 01 - 64	0,00	2.223,53	2.223,53
<b>AREA TOTAL REGIAO 01</b>			<b>18.621,02</b>	<b>132.848,22</b>	<b>151.469,24</b>
<b>DENOMINACAO</b>	<b>EXECUCAO</b>	<b>REGIAO</b>	<b>CALÇ PAVER (m²)</b>	<b>GRAMA (m²)</b>	<b>TOTAL</b>
PATIO CENTRO DA JUVENTUDE CCJ	SMOSP	RP 02 - 1	0,00	2.730,31	2.730,31
UPA 24 hrs E SAMU	SMS	RP 02 - 2	0,00	1.885,43	1.885,43
PASSEIO E CANTEIROS AV MARECHAL FLORIANO PEIXOTO	SMOSP	RP 02 - 3	0,00	4.494,56	4.494,56
PASSEIO ESTR. MAX STAUDACHER FAIXA LESTE	SMOSP	RP 02 - 4	0,00	1.181,34	1.181,34
CANTEIRO RUA GOVERNADOR PEDRO VIRIATO	SMOSP	RP 02 - 5	0,00	284,22	284,22
PRACA JARDIM MONTE CARLO	SMCER	RP 02 - 6	250,57	222,99	473,56
PASSEIO MARGINAL FAIXA SUL PR 160	SMOSP	RP 02 - 7	0,00	7.504,12	7.504,12
CANTEIRO DO VIADUTO	SMOSP	RP 02 - 8	0,00	8.689,91	8.689,91
CANTEIRO FURTADAO	SMCER	RP 02 - 9	0,00	9.311,08	9.311,08
CANTEIRO CONCHA ACUSTICA	SMOSP	RP 02 - 10	0,00	2.674,00	2.674,00
CANTEIRO AV NACOES UNIDAS	SMOSP	RP 02 - 11	0,00	244,05	244,05
PRACA VILA SAO VICENTE DE PAULA	SMOSP	RP 02 - 12	214,30	82,10	296,40
PRACA EM FRENTE BONDE AEREO	SMOSP	RP 02 - 13	0,00	41,13	41,13
PASSEIO ESTR. MAX STAUDACHER FAIXA OESTE	SMOSP	RP 02 - 14	0,00	1.955,36	1.955,36
AREA VERDE RUA ARGENTINA - MONTE CARLO	SMOSP	RP 02 - 15	0,00	2.241,48	2.241,48
CANTEIRO RUA JOAO FERREIRA PRESTES	SMOSP	RP 02 - 16	0,00	114,13	114,13
AREA VERDE RUA PINHEIRO	SMOSP	RP 02 - 17	0,00	600,69	600,69
RUA ITAUBA	SMOSP	RP 02 - 18	0,00	413,46	413,46
<b>AREA TOTAL REGIAO 02</b>			<b>464,87</b>	<b>44.670,36</b>	<b>45.135,23</b>
<b>DENOMINACAO</b>	<b>EXECUCAO</b>	<b>REGIAO</b>	<b>CALÇ PAVER (m²)</b>	<b>GRAMA (m²)</b>	<b>TOTAL</b>
PASSEIO AV MARECHAL FLORIANO PEIXOTO FAIXA SUL	SMOSP	RP 03 - 1	0,00	1.212,18	1.212,18
CANTEIRO AV MARECHAL FLORIANO PEIXOTO	SMOSP	RP 03 - 2	0,00	44,52	44,52
PRACA AV MARECHAL FLORIANO PEIXOTO - SOCOMIM	SMCER	RP 03 - 3	1.013,00	1.469,62	2.482,62
COMPLEXO ESPORTIVO JARDIM UNIAO	SMCER	RP 03 - 4	895,54	1.394,15	2.289,69
PRAÇA AV. M DEODORO FONSECA	SMOSP	RP 03 - 5	204,00	163,63	367,63
UBS SOCOMIM	SMS	RP 03 - 6	0,00	152,00	152,00
PRONTO ATENDIMENTO PAM	SMS	RP 03 - 7	0,00	3.390,86	3.390,86
FEIRA DO PRODUTOR	SMOSP	RP 03 - 8	0,00	2.507,00	2.507,00
PRACA 21 DE MARÇO	SMOSP	RP 03 - 9	0,00	629,89	629,89
ROTATORIA CRUZEIRO	SMOSP	RP 03 - 10	0,00	741,78	741,78
CANTEIRO AV. CHANCELER HORACIO LAFER	SMOSP	RP 03 - 11	0,00	440,20	440,20



CANTEIRO 4 AV. M DEODORO FONSECA	SMOSP	RP 03 - 12	0,00	521,42	521,42
CANTEIRO 4 AV. TUPINIQUINS	SMOSP	RP 03 - 13	0,00	391,07	391,07
PRACA AV TUPINIQUINS	SMCER	RP 03 - 14	0,00	1.073,69	1.073,69
CANTEIRO AV GUATACARA B CARNEIRO	SMOSP	RP 03 - 15	0,00	258,69	258,69
CANTEIRO 3 AV. TUPINIQUINS	SMOSP	RP 03 - 16	0,00	320,28	320,28
CANTEIRO AV GUATACARA B CARNEIRO	SMOSP	RP 03 - 17	0,00	209,77	209,77
CANTEIRO 3 AV. M DEODORO FONSECA	SMOSP	RP 03 - 18	0,00	195,09	195,09
ROTATORIA AV. M DEODORO FONSECA	SMOSP	RP 03 - 19	0,00	60,78	60,78
CANTEIRO 1 AV. TUPINIQUINS	SMOSP	RP 03 - 20	0,00	253,10	253,10
UBS BNH	SMOSP	RP 03 - 21	0,00	207,11	207,11
PRACA PASTOR APARECIDO STORBEM - BNH	SMCER	RP 03 - 22	576,49	508,59	1.085,08
PRACA 2 JARDIM BONAVIDA	SMCER	RP 03 - 23	0,00	3.362,23	3.362,23
CANTEIRO 1 AV. M DEODORO FONSECA	SMOSP	RP 03 - 24	0,00	25,58	25,58
CANTEIRO 2 AV. M DEODORO FONSECA	SMOSP	RP 03 - 25	0,00	43,99	43,99
AREA VERDE JARDIM BONAVIDA	SMOSP	RP 03 - 26	0,00	2.485,42	2.485,42
AREA VERDE - TRAV. PARIS	SMOSP	RP 03 - 27	0,00	10.396,26	10.396,26
AREA DO MINI CENTRO	SMCER	RP 03 - 28	0,00	13.711,79	13.711,79
CAMPO FUTEBOL MINI CENTRO	SMCER	RP 03 - 29	0,00	1.935,41	1.935,41
CANTEIROS AV EUCLIDES BONIFACIO LONDRES	SMOSP	RP 03 - 30	0,00	1.106,85	1.106,85
CANTEIRO 2 CAMPO FUTEBOL MINI CENTRO	SMCER	RP 03 - 31	0,00	1.370,54	1.370,54
PRACA JUVELINO TELLES JUNIOR	SMOSP	RP 03 - 32	0,00	200,70	200,70
PATIO CENTRO DE GINASTICA BNH	SMOSP	RP 03 - 33	0,00	2.408,03	2.408,03
UBS ALTO DAS OLIVEIRAS	SMS	RP 03 - 34	0,00	357,50	357,50
ACADEMIA SOCIAL	SMS	RP 03 - 35	0,00	558,34	558,34
TERRENOS PMTB	SMS	RP 03 - 36	0,00	2.505,35	2.505,35
CENTRO COMUNITARIO BNH	SMOSP	RP 03 - 37	0,00	1.266,24	1.266,24
PRAÇA RUA AFONSO PENA	SMOSP	RP 03 - 38	0,00	321,80	321,80
CANTEIRO PASSAGEM 4	SMOSP	RP 03 - 39	0,00	188,07	188,07
CANTEIRO PASSAGEM 3	SMOSP	RP 03 - 40	0,00	125,04	125,04
CANTEIRO PASSAGEM 2	SMOSP	RP 03 - 41	0,00	246,29	246,29
CANTEIRO PASSAGEM 1	SMOSP	RP 03 - 42	0,00	272,74	272,74
<b>AREA TOTAL REGIAO 03</b>			<b>2.689,03</b>	<b>59.033,58</b>	<b>61.722,61</b>
<b>DENOMINACAO</b>	<b>EXECUCAO</b>	<b>REGIAO</b>	<b>CALÇ PAVER (m²)</b>	<b>GRAMA (m²)</b>	<b>TOTAL</b>
PRACA JARDIM KROLL	SMCER	RP 04 - 1	420,00	508,92	928,92
PASSEIO RUA CASCALHO	SMOSP	RP 04 - 2	0,00	530,50	530,50
PASSEIO RUA PEPITA	SMOSP	RP 04 - 3	0,00	1.051,52	1.051,52
CANTEIRO AV. MANOEL M. DE OLIVEIRA	SMOSP	RP 04 - 4	0,00	786,13	786,13
PRACA SAO FRANCISCO DE ASSIS	SMCER	RP 04 - 5	890,00	1.590,88	2.480,88
PRACA BOM RETIRO	SMCER	RP 04 - 6	827,70	939,90	1.767,60
AREA LAZER ANTIGO BANESTADO	SMCER	RP 04 - 7	4.100,00	13.371,93	17.471,93
COMPLEXO ESPORTIVO CAIC	SMCER	RP 04 - 8	0,00	8.660,41	8.660,41
ÁREA INSTITUCIONAL RUA CAMBE	SMOSP	RP 04 - 09	0,00	1.158,37	1.158,37
CANTEIRO CAIC FUNDOS CENTRO COMUNITARIO	SMOSP	RP 04 - 10	0,00	2.111,59	2.111,59



PASSEIO RUA PORTUGAL	SMOSP	RP 04 - 11	0,00	929,04	929,04
PASSEIO RUA MAR VERMELHO	SMOSP	RP 04 - 12	0,00	384,25	384,25
CRAS RIO ALEGRE	SMOSP	RP 04 - 13	0,00	451,58	451,58
PASSEIO ESTR. MUNICIPAL	SMOSP	RP 04 - 14	0,00	434,77	434,77
COMPLEXO ESPORTIVO JARDIM EUROPA	SMCER	RP 04 - 15	614,07	1.375,01	1.989,08
PRACA RIO ALEGRE	SMCER	RP 04 - 16	469,30	750,70	1.220,00
PRACA 02 RIO ALEGRE	SMCER	RP 04 - 17	0,00	462,45	462,45
PASSEIO AV. BEIRA RIO	SMOSP	RP 04 - 18	546,27	0,00	546,27
PASSEIO RUA LAGEADO	SMOSP	RP 04 - 19	0,00	1.120,73	1.120,73
CANIL MUNICIPAL	SMOSP	RP 04 - 20	0,00	1.404,47	1.404,47
PRACA RUA RIO DO TIGRE COM RUA MAR VERMELHO	SMOSP	RP 04 - 21	0,00	208,53	208,53
PASSEIO RUA MAR VERMELHO - TRECHO 2	SMOSP	RP 04 - 22	0,00	358,65	358,65
CONTORNO RESIDENCIAL ATLANTICO	SMOSP	RP 04 - 23	0,00	756,42	756,42
AREA VERDE RECANTO FELIZ - CAMPO	SMOSP	RP 04 - 24	164,26	857,87	1.022,13
AREA VERDE RECANTO FELIZ LOTE 1	SMOSP	RP 04 - 25	0,00	366,00	366,00
UBS CAIC	SMS	RP 04 - 26	0,00	768,00	768,00
<b>AREA TOTAL REGIAO 04</b>			<b>8.031,60</b>	<b>41.338,62</b>	<b>49.370,22</b>
<b>DENOMINACAO</b>	<b>EXECUCAO</b>	<b>REGIAO</b>	<b>CALÇ PAVER (m²)</b>	<b>GRAMA (m²)</b>	<b>TOTAL</b>
CANTEIRO RUA GOV BENTO MUNHOZ DA ROCHA NETO	SMOSP	RP 05 - 1	0,00	210,71	210,71
PATIO RESTAURANTE PMTB	SMOSP	RP 05 - 2	0,00	4.227,67	4.227,67
PASSEIO ESTR FERNAO DIAS	SMOSP	RP 05 - 3	0,00	271,25	271,25
PASSEIO TRVESSA BRASIL	SMOSP	RP 05 - 4	0,00	304,13	304,13
PRACA EM FRENTE ESCOLA REGENTE FEIJO	SMOSP	RP 05 - 5	107,00	447,25	554,25
COMPLEXO ESPORTIVO MARINHA	SMCER	RP 05 - 6	1.731,97	3.441,69	5.173,66
COMPLEXO ESPORTIVO SANTA RITA	SMCER	RP 05 - 7	1.448,80	4.215,66	5.664,46
UBS MARINHA	SMS	RP 05 - 8	0,00	96,38	96,38
UBS SANTA RITA	SMS	RP 05 - 9	0,00	103,60	103,60
CANTEIRO RUA ALAGAMAR - LESTE	SMOSP	RP 05 - 10	0,00	286,28	286,28
CAMPO FUTEBOL 1 MARINHA	SMCER	RP 05 - 11	0,00	4.371,65	4.371,65
CANTEIRO RUA ALACAMAR - TRECHO 2 - OESTE	SMOSP	RP 05 - 12	0,00	254,30	254,30
CANTEIRO RUA ALACAMAR - TRECHO 1 - OESTE	SMOSP	RP 05 - 13	0,00	146,81	146,81
CAMPO FUTEBOL 2 MARINHA	SMCER	RP 05 - 14	0,00	1.239,55	1.239,55
AREA DO VIVEIRO MUNICIPAL	SMOSP	RP 05 - 15	0,00	2.464,21	2.464,21
CANTEIRO RUA LONDRINA	SMOSP	RP 05 - 16	0,00	144,80	144,80
CANTEIRO AV N SENH DA LUZ	SMOSP	RP 05 - 17	0,00	761,61	761,61
CANTEIRO EM FRENTE AO COLEGIO IDEAL	SMOSP	RP 05 - 18	0,00	52,56	52,56
PASSEIO RUA MANAUS	SMOSP	RP 05 - 19	0,00	632,30	632,30
PASSEIO RUA MACEIO	SMOSP	RP 05 - 20	0,00	289,59	289,59
AREA VERDE LATERAL COL REGENTE FEIJO	SMS	RP 05 - 21	0,00	591,13	591,13
CAMPO SAO LUIZ	SMOSP	RP 05 - 22	0,00	649,00	649,00
PASSEIO RUA MADRE DE DEUS	SMOSP	RP 05 - 23	0,00	306,59	306,59
RESIDENCIA 1 - JUIZ	SMOSP	RP 05 - 24	0,00	2.359,28	2.359,28
ESCADAO 1 - ANA MARY	SMOSP	RP 05 - 25	0,00	78,26	78,26



ESCADAO 2 - ANA MARY	SMOSP	RP 05 - 26	0,00	139,29	139,29
ESCADAO 3 - ANA MARY	SMOSP	RP 05 - 27	0,00	50,04	50,04
			<b>3.287,77</b>	<b>28.135,58</b>	<b>31.423,35</b>
DENOMINACAO	EXECUCAO	REGIAO	CALÇ PAVER (m²)	GRAMA (m²)	TOTAL
AREA INSTITUCIONAL RESID CASA BELA	SMOSP	RP 06 - 1	0,00	8.878,34	8.878,34
CANTEIRO AV. MONTE SINAI I E II	SMOSP	RP 06 - 2	0,00	1.696,61	1.696,61
PARQUE RIO TIBAGI	SMOSP	RP 06 - 3	0,00	9.771,00	9.771,00
COMPLEXO ESPORTIVO JARDIM ALVORADA	SMOSP	RP 06 - 4	240,00	971,13	1.211,13
PASSEIO RUA CAMBOJA	SMOSP	RP 06 - 5	0,00	335,38	335,38
AREA DE LAZER AREA 01	SMCER	RP 06 - 6	430,00	1.252,76	1.682,76
AREA INSTITUCIONAL MONTE SINAI 2	SMOSP	RP 06 - 7	0,00	5.129,01	5.129,01
AREA VERDE MONTE SINAI 2	SMOSP	RP 06 - 8	0,00	4.604,26	4.604,26
AREA VERDE 02 MONTE SINAI 2	SMOSP	RP 06 - 9	0,00	4.794,52	4.794,52
CANTEIRO CENTRAL - AV MILAO - CASA BELA	SMOSP	RP 06 - 10	0,00	786,01	786,01
AREA VERDE VILA ROSA	SMOSP	RP 06 - 11	0,00	251,97	251,97
PASSEIO RUA JERICO	SMOSP	RP 06 - 12	0,00	4.661,26	4.661,26
AREA VERDE - PASSEIO	SMOSP	RP 06 - 13	0,00	601,61	601,61
PASSEIO RUA FIRENZE	SMOSP	RP 06 - 14	0,00	1.749,26	1.749,26
FUNDOS ESC MUN PERPETUO SOCORRO-M SINAI	SMOSP	RP 06 - 15	0,00	2.180,56	2.180,56
PASSEIO RUA MONTE MORIA	SMOSP	RP 06 - 16	0,00	1.256,88	1.256,88
PRAÇA RUA DO CARMO	SMOSP	RP 06 - 17	0,00	252,00	252,00
UBS VILA ESPERANCA	SMOSP	RP 06 - 18	0,00	255,80	255,80
CENTRO COMUNITARIO VILA ESPERANCA	SMOSP	RP 06 - 19	0,00	575,88	575,88
ROTATORIA MONTE SINAI 2	SMOSP	RP 06 - 20	0,00	243,45	243,45
<b>AREA TOTAL REGIAO 06</b>			<b>670,00</b>	<b>50.247,69</b>	<b>50.917,69</b>
DENOMINACAO	EXECUCAO	REGIAO	CALÇ PAVER (m²)	GRAMA (m²)	TOTAL
PASSEIO MARGINAL NORTE PR 160	SMOSP	RP 07 - 1	0,00	4.740,42	4.740,42
CANTEIRO DO VIADUTO	SMOSP	RP 07 - 2	2.852,65	3.679,95	6.532,60
PRACA BOLIVAR CAETANO VAZ - J ALEGRE	SMCER	RP 07 - 3	2.876,10	1.737,33	4.613,43
PRACA MARIA DA LUZ CALZETA - VILA OZORIO	SMCER	RP 07 - 4	248,75	302,73	551,48
COMPLEXO DE ESPORTE E LAZER P. LIMEIRA A II	SMCER	RP 07 - 5	1.050,00	1.992,37	3.042,37
CANTEIRO UNID. SAUDE BASICA P. LIMEIRA A II	SMS	RP 07 - 6	0,00	408,37	408,37
ROTATORIA RUA ACACIAS	SMOSP	RP 07 - 7	0,00	19,88	19,88
CANTEIRO RUA LOTUS	SMOSP	RP 07 - 8	0,00	102,56	102,56
PRACA IGREJA ADVENTISTA - TITO QUADRADO	SMCER	RP 07 - 9	611,68	481,52	1.093,20
CANTEIRO RUA DAS PALMEIRAS	SMOSP	RP 07 - 10	0,00	183,07	183,07
UBS JARDIM ALEGRE	SMS	RP 07 - 11	0,00	430,33	430,33
CANT. AV DAS FLORES	SMOSP	RP 07 - 12	0,00	303,54	303,54
<b>AREA TOTAL REGIAO 07</b>			<b>7.639,18</b>	<b>14.382,07</b>	<b>22.021,25</b>
DENOMINACAO	EXECUCAO	REGIAO	CALÇ PAVER (m²)	GRAMA (m²)	TOTAL



PASSEIO RUA RIO BRANCO - OESTE	SMOSP	RP 08 - 1	0,00	1.402,26	1.402,26
COMPLEXO ESPORTIVO AREA 07	SMCER	RP 08 - 2	1.331,56	1.873,89	3.205,45
PASSEIO RUA RIO BRANCO - LESTE	SMOSP	RP 08 - 3	0,00	410,37	410,37
PASSEIO RUA ACACIAS	SMOSP	RP 08 - 4	0,00	3.348,99	3.348,99
COMPLEXO FRANCISCO VIDAL CARDOSO	SMCER	RP 08 - 5	2.526,55	5.801,89	8.328,44
PATIO CASA LAR BAIRRO SAO JOAO	SMOSP	RP 08 - 6	0,00	2.003,59	2.003,59
AREA VERDE 2 - SAO JOAO	SMOSP	RP 08 - 7	0,00	4.199,48	4.199,48
FAIXA AEROPORTO - LESTE	SMOSP	RP 08 - 8	0,00	3.155,95	3.155,95
AREA VERDE 1 - SAO JOAO	SMOSP	RP 08 - 9	0,00	14.026,45	14.026,45
COMPLEXO ESPORTIVO E LAZER - SAO JOAO	SMCER	RP 08 - 10	920,00	1.252,73	2.172,73
FAIXA AEROPORTO - OESTE	SMOSP	RP 08 - 11	0,00	1.638,54	1.638,54
PASSEIO TRAV RIO ARAGUAIA	SMOSP	RP 08 - 12	0,00	93,76	93,76
AREA APP	SMOSP	RP 08 - 13	0,00	25,29	25,29
PASSEIO RUA A	SMOSP	RP 08 - 14	0,00	30,45	30,45
COMPLEXO LAZER VALDOMIRO GOMES - JARDIM AMERICA	SMCER	RP 08 - 15	642,00	1.606,99	2.248,99
COMPLEXO DE LAZER CASTORINO RODRIGUES DA SILVA	SMCER	RP 08 - 16	1.145,00	1.937,28	3.082,28
AREA INSTITUCIONAL - JARDIM AMERICA	SMOSP	RP 08 - 17	0,00	2.574,14	2.574,14
AREA VERDE RUA RIO TROMBETAS	SMOSP	RP 08 - 18	0,00	2.001,31	2.001,31
PATIO STARTUP	SMOSP	RP 08 - 19	0,00	2.159,53	2.159,53
UBS SÃO SILVESTRE	SMS	RP 08 - 20	0,00	43,66	43,66
UBS V. ISABEL	SMS	RP 08 - 21	0,00	536,16	536,16
PASSEIO RUA RIO TAPAJOS	SMOSP	RP 08 - 22	0,00	329,83	329,83
PATIO FEIRA DO BEM	SMOSP	RP 08 - 23	0,00	1.313,00	1.313,00
<b>AREA TOTAL REGIAO 08</b>			<b>6.565,11</b>	<b>51.765,54</b>	<b>58.330,65</b>
<b>DENOMINACAO</b>	<b>EXECUCAO</b>	<b>REGIAO</b>	<b>CALÇ PAVER (m²)</b>	<b>GRAMA (m²)</b>	<b>TOTAL</b>
PRACA JARDIM BANDEIRANTES	SMCER	RP 09 - 1	1.273,00	2.000,05	3.273,05
CEMEP	SMOSP	RP 09 - 2	0,00	1.260,55	1.260,55
PASSEIO MARGINAL FAIXA NORTE PR 160	SMOSP	RP 09 - 3	0,00	7.972,71	7.972,71
ROTATORIA JARDIM BANDEIRANTES	SMOSP	RP 09 - 4	0,00	186,66	186,66
PASSEIO RUA BANDEIRAS -FRENTE ESC M E MARCOLLA	SMOSP	RP 09 - 5	0,00	102,41	102,41
COMPLEXO ESPORTIVO PEDRO ANDRE DA CRUZ - J BAND	SMCER	RP 09 - 6	2.240,00	3.376,61	5.616,61
PASSEIO RUA FRANCISCO ESPINOSA	SMOSP	RP 09 - 7	0,00	1.384,02	1.384,02
PASSEIO MARGINAL FAIXA SUL	SMOSP	RP 09 - 8	0,00	135,61	135,61
PASSEIO RUA RIO IGUACU	SMOSP	RP 09 - 9	0,00	2.805,86	2.805,86
AREA RODOVIÁRIA AREA 3 E CIDADE INFANTIL TBTRAN	SMOSP	RP 09 - 10	0,00	9.000,71	9.000,71
PRACA BAIRRO PARQUE LIMEIRA AREA III	SMCER	RP 09 - 11	1.134,20	4.535,06	5.669,26
AREA VERDE AEROPORTO	SMOSP	RP 09 - 12	0,00	1.880,16	1.880,16
PRACA BAIRRO JARDIM PROGRESSO AREA 6	SMCER	RP 09 - 13	361,00	321,40	682,40
UBS JARDIM PROGRESSO AREA 6	SMS	RP 09 - 14	0,00	428,62	428,62
UBS JARDIM BANDEIRANTES	SMS	RP 09 - 15	0,00	1.112,91	1.112,91
ESTACIONAMENTO CENTRO C JARDIM PROGRESSO AREA 6	SMOSP	RP 09 - 16	0,00	470,92	470,92
<b>AREA TOTAL REGIAO 09</b>			<b>5.008,20</b>	<b>36.974,26</b>	<b>41.982,46</b>





DENOMINACAO	EXECUCAO	REGIAO	CALÇ PAVER (m²)	GRAMA (m²)	TOTAL
PASSEIO SEGURANÇA PATRIMONIAL	SMOSP	RP 10 - 1	0,00	221,98	221,98
PRACA DO TRIANGULO	SMCER	RP 10 - 2	390,00	786,00	1.176,00
COOPERATIVA	SMOSP	RP 10 - 3	0,00	5.477,56	5.477,56
MATADOURO	SMOSP	RP 10 - 4	0,00	18.943,80	18.943,80
AREA VERDE PARQUE DA CIDADE	SMOSP	RP 10 - 5	2.000,00	99.223,53	101.223,53
TIRO DE GUERRA	SMOSP	RP 10 - 6	0,00	8.456,75	8.456,75
JOCKEY CLUB	SMOSP	RP 10 - 7	0,00	26.351,23	26.351,23
CEMITERIO JARDIM DA SAUDADE	SMOSP	RP 10 - 8	2.750,00	52.869,00	55.619,00
CENTRO DE EVENTOS - CTG	SMOSP	RP 10 - 9	0,00	21.309,92	21.309,92
PASSEIO MARGINAL FAIXA OESTE PR 160	SMOSP	RP 10 - 10	0,00	2.445,19	2.445,19
PASSEIO MARGINAL FAIXA LESTE PR 160	SMOSP	RP 10 - 11	0,00	2.953,75	2.953,75
PRACA VILA RURAL	SMCER	RP 10 - 12	50,00	546,09	596,09
AREA VERDE ATERRO SANITARIO	SMOSP	RP 10 - 13	0,00	47.329,34	47.329,34
CANTEIROS PISTA AUTODROMO	SMOSP	RP 10 - 14	0,00	67.537,62	67.537,62
PISTA MOTOCROS	SMOSP	RP 10 - 15	0,00	17.884,81	17.884,81
CEMITERIO JARDIM DA SAUDADE - SEG ETAPA	SMOSP	RP 10 - 16	0,00	28.838,38	28.838,38
UBS TRIANGULO	SMS	RP 10 - 17	0,00	445,97	445,97
LOTE 1A - DISTR INDUSTRIAL	SMOSP	RP 10 - 18	0,00	8.530,94	8.530,94
LOTE 1H - DISTR INDUSTRIAL	SMOSP	RP 10 - 19	0,00	2.631,59	2.631,59
LOTE 1C - DISTR INDUSTRIAL	SMOSP	RP 10 - 20	0,00	1.682,07	1.682,07
LOTE 1D - DISTR INDUSTRIAL	SMOSP	RP 10 - 21	0,00	1.277,25	1.277,25
LOTE 1E - DISTR INDUSTRIAL	SMOSP	RP 10 - 22	0,00	1.202,90	1.202,90
LOTE 1F - DISTR INDUSTRIAL	SMOSP	RP 10 - 23	0,00	1.037,43	1.037,43
LOTE 1B - DISTR INDUSTRIAL	SMOSP	RP 10 - 24	0,00	4.617,29	4.617,29
LOTE 11 - DISTR INDUSTRIAL	SMOSP	RP 10 - 25	0,00	1.986,53	1.986,53
AREA TRANSBORDO	SMOSP	RP 10 - 26	0,00	3.008,40	3.008,40
<b>AREA TOTAL REGIAO 10</b>			<b>5.190,00</b>	<b>427.595,32</b>	<b>432.785,32</b>

<b>TOTAL GERAL</b>			<b>58.166,78</b>	<b>886.991,24</b>	<b>945.158,02</b>
--------------------	--	--	------------------	-------------------	-------------------

## 5.6. DA FREQUÊNCIA E DO CRONOGRAMA

5.6.1. A frequência dos serviços foi determinada pelo ciclo de crescimento da vegetação, variando conforme as condições climáticas de Telêmaco Borba-PR, totalizando 21 etapas anuais:

### a) Da roçada

5.6.2. Serão 12 etapas no período de alta intensidade (Primavera/Verão), onde a execução será quinzenal, devido ao maior índice pluviométrico e temperaturas elevadas e, 9 etapas no período de baixa Intensidade (Outono/Inverno), onde a execução será a cada 20 (vinte) dias, devido ao crescimento lento da vegetação.

5.6.3. O escopo compreende uma área total de 886.991,24m² de vegetação por etapa, totalizando no ano 18.626.816,04m².

### b) Da limpeza dos rejuntas dos pavers



**5.6.4.** Serão 6 etapas no período de alta intensidade (Primavera/Verão), onde a execução será a cada 30 dias, devido ao maior índice pluviométrico e temperaturas elevadas e, 4 etapas no período de baixa Intensidade (Outono/Inverno), onde a execução será a cada 40 (quarenta) dias, devido ao crescimento lento da vegetação.

**5.6.5.** O escopo compreende uma área de 58.166,78 m<sup>2</sup> de áreas pavimentadas (calçadas) por etapa, totalizando uma intervenção de 581.667,80 m<sup>2</sup> no ano, devendo a Contratada garantir a uniformidade da limpeza em todos os setores listado.

**c) Das Diretrizes Gerais de Execução**

**5.6.6.** A Contratada é obrigada a realizar a varrição completa de todo o entorno da área roçada imediatamente após o corte ou a limpeza manual.

**5.6.7.** A Contratada obriga-se ao cumprimento integral do cronograma estabelecido pela Divisão de Serviços Públicos, devendo acatar as orientações da fiscalização e observar rigorosamente a legislação trabalhista, respeitando a carga horária máxima permitida e as normas de segurança e medicina do trabalho de seus colaboradores.

**5.6.8.** O descumprimento dos prazos definidos para cada etapa configurará infração contratual, sujeitando a Contratada às sanções previstas em edital.

**5.6.9.** Eventuais atrasos deverão ser justificados e comprovados formalmente em até 48 (quarenta e oito) horas após o evento impeditivo.

**5.6.10.** Serão aceitos como motivos de força maior ou caso fortuito exclusivamente condições climáticas adversas (excesso de chuva, geada ou calor extremo/insolação), desde que validadas por relatórios de órgãos oficiais (ex: SIMEPAR, INMET ou Defesa Civil) que atestem a impossibilidade técnica ou o risco à integridade física dos trabalhadores.

**5.6.6.** O pagamento será efetuado exclusivamente com base na área líquida efetivamente executada e atestada pela fiscalização.

**5.6.7.** Caso ocorram impedimentos climáticos ou interrupções de qualquer natureza que resultem na execução parcial da etapa, a Contratada não terá direito ao recebimento de valores referentes às áreas não trabalhadas. O Município remunerará apenas o serviço entregue, independentemente da mobilização de mão de obra ou equipamentos.

**5.6.8.** É terminantemente proibida a utilização de produtos químicos (herbicidas ou dessecantes) para o controle de vegetação e plantas daninhas em áreas urbanas (praças, jardins, canteiros, vias e calçadas).

**5.6.9.** A vedação atende às normas da ANVISA, ao Decreto Federal nº 4.074/2002 e à Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9.605/1998).

**5.6.10.** A inobservância desta cláusula constitui falta grave, sujeitando a Contratada à rescisão imediata do contrato, sem prejuízo da aplicação de multas administrativas e da responsabilização civil e criminal.

**5.6.11.** Fica terminantemente proibido deixar restos de biomassa, terra ou quaisquer detritos sobre calçadas, passeios públicos, meios-fios e sarjetas.



**5.6.12.** A contratada deve garantir que as sarjetas e bocas de lobo não fiquem obstruídas pelos resíduos gerados durante a execução do serviço.

**5.6.13.** A coleta dos resíduos deve ocorrer de forma imediata e concomitante à execução da roçada e varrição. Não será permitida a permanência de material ensacado ou amontoado em vias públicas por período superior a 24 (vinte e quatro) horas.

**5.6.14.** Todos os custos de fretes, mão de obra (incluindo a equipe de varrição), ferramentas e encargos logísticos deverão estar inclusos na proposta de preços. Não caberá qualquer pleito de reequilíbrio econômico-financeiro pelo prazo de 01 (um) ano, sob a alegação de desconhecimento das distâncias logísticas, volume de varrição ou custos de transbordo, sendo de inteira responsabilidade da Contratada a vistoria prévia e o planejamento operacional.

## **5.7. DA JORNADA DE TRABALHO**

**5.7.1.** Contratada deverá cumprir a jornada de trabalho de segunda a sexta-feira, das 08h00 às 17h30, e aos sábados, das 08h00 às 12h00, respeitando o limite máximo de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, conforme estabelecido na Constituição Federal e na CLT.

**5.7.2.** É obrigatória a concessão de um intervalo intrajornada de, no mínimo, 01 (uma) hora e 30 (trinta) minutos para repouso e alimentação, de modo a não exceder o limite diário de horas trabalhadas.

**5.7.3.** Por se tratar de serviço executado ao ar livre, a jornada poderá sofrer ajustes pontuais em caso de condições climáticas adversas, desde que previamente comunicados e autorizados pela Fiscalização, visando o cumprimento do cronograma sem prejuízo à saúde ocupacional dos colaboradores.

**5.7.4.** Eventuais necessidades de trabalhos em regime de horas extraordinárias ou em feriados deverão ser solicitadas formalmente pela Contratada ou pelo Município com antecedência mínima de 48 horas, correndo os respectivos acréscimos legais (adicionais previstos em CCT) por conta exclusiva da Contratada.

**5.7.5.** A Contratada deverá manter no local de trabalho (ou de forma digital acessível) o controle de frequência (ponto) de todos os colaboradores, devidamente assinado ou registrado eletronicamente, para fins de fiscalização técnica e trabalhista por parte do Município.

## **5.8. DA MÃO DE OBRA**

**5.8.1.** A Contratada responderá integral e exclusivamente por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços, incluindo salários, remunerações, encargos trabalhistas (férias, 13º salário), previdenciários e securitários, conforme a Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) vigente da categoria, mantendo o Município indene de qualquer pleito judicial.

**5.8.2.** Para a execução do objeto, a Contratada deverá disponibilizar:

**5.8.2.1.** Motorista: Devidamente habilitado (categoria compatível com o veículo de carga) para a condução e operação do transporte de resíduos.

**5.8.2.2.** Encarregado Geral: Profissional responsável pela coordenação das frentes de serviço, que servirá como ponto de contato direto com a Fiscalização do Município, com autonomia para tomar providências imediatas.



**5.8.2.3.** Operadores de Roçada e Auxiliares: Mão de obra em número suficiente para cumprir o cronograma, devidamente uniformizados e identificados.

**5.8.3.** A equipe deverá ser dimensionada com base na produtividade técnica estimada, garantindo o cumprimento de cada etapa nos prazos estabelecidos:

**5.8.3.1.** Rendimento Referencial: Estimado em 312,50 m<sup>2</sup> por hora/homem.

**5.8.3.2.** Meta Diária: Aproximadamente 2.500 m<sup>2</sup> por dia/homem, considerando uma jornada de 8 (oito) horas diárias.

**5.8.4.** Em até 05 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato, a Contratada deverá apresentar a relação nominal dos funcionários, acompanhada da documentação que comprove o vínculo empregatício e a aptidão técnica/saúde ocupacional (ASO).

**5.8.5.** Os serviços objeto deste contrato são considerados essenciais à saúde pública e segurança viária, não podendo sofrer solução de continuidade.

**5.8.5.1.** Em caso de greve ou paralisação dos trabalhadores da Contratada, esta deverá garantir 100% do efetivo em áreas críticas (Hospitais, Unidades de Saúde e Cemitérios) e, no mínimo, 50% nas demais áreas.

**5.8.5.2.** A existência de movimento grevista não exime a Contratada do cumprimento do cronograma. A gestão das relações trabalhistas é risco inerente à atividade empresarial, não sendo aceita como "força maior".

**5.8.5.3.** Caso a paralisação afete os serviços por mais de 24 horas, o Município reserva-se o direito de executar os serviços por meios próprios ou terceiros, cujos custos totais serão integralmente glosados (descontados) das faturas da Contratada, sem prejuízo das multas contratuais.

## **5.9. DOS EQUIPAMENTOS E MATERIAIS**

**5.9.1.** Para a execução plena do objeto, a Contratada deverá disponibilizar e manter no local de trabalho o seguinte kit de equipamentos e ferramentas, em quantidade proporcional ao número de colaboradores e às frentes de serviço:

**5.9.1.1.** Equipamentos Mecanizados: Roçadeiras costais motorizadas (à gasolina) com potência adequada ao serviço.

**5.9.1.2.** Equipamentos de Limpeza e Manejo: Carrinhos de mão, enxadas, foices, rastelos (vassouras metálicas), vassourões de cerdas rígidas, tesouras de poda manuais, pás retangulares (ajuntadeiras) e forcados.

**5.9.1.3.** Insumos e Proteção Coletiva: Telas de proteção (biombos) contra projeção de detritos, sinalização de segurança (cones/placas) e sacos de lixo de alta resistência para acondicionamento dos resíduos, bags.

**5.9.2.** Todos os equipamentos e ferramentas deverão ser mantidos em perfeitas condições de uso, conservação e limpeza durante toda a vigência do contrato.

**5.9.3.** A Contratada deverá substituir imediatamente qualquer item que apresente desgaste excessivo, defeitos ou que comprometa a produtividade e a segurança dos colaboradores e de terceiros.

**5.9.4.** As roçadeiras motorizadas devem possuir manutenção em dia para evitar emissão excessiva de poluentes e ruídos acima dos limites permitidos pelas normas vigentes.



## **5.10. DO VEÍCULO**

**5.10.1.** Para a execução dos serviços de transporte de resíduos, a Contratada deverá disponibilizar, no mínimo, um veículo que atenda às seguintes especificações:

**5.10.1.1.** Tipo e Capacidade: Veículo de carga com carroceria aberta (madeira ou metal), com capacidade de carga útil mínima de 9.000 kg (PBT adequado à categoria).

**5.10.1.2.** Ano de Fabricação: Modelo com ano de fabricação igual ou superior a 2024, garantindo a eficiência energética e a redução de emissão de poluentes.

**5.10.2.** O veículo deve estar em perfeitas condições de uso, com pneus, freios e sistemas de sinalização em conformidade com as normas do CONTRAN.

**5.10.3.** Durante toda a vigência do contrato, o veículo deverá estar devidamente identificado:

**5.10.3.1.** Identificação da Empresa: Logotipo e nome da Contratada visíveis nas laterais e na traseira.

**5.10.3.2.** Identificação do Serviço: Fixação de placas ou adesivos imantados indicando: "A Serviço da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos", conforme modelo e especificações fornecidos pela Prefeitura após a assinatura do contrato.

**5.10.4.** O veículo operacional deverá possuir seguro integral (cobertura contra colisão, incêndio, roubo e, obrigatoriamente, Responsabilidade Civil Facultativa - RCF para danos materiais e corporais a terceiros).

**5.10.5.** A Contratada responde integral e exclusivamente por quaisquer danos causados ao patrimônio público ou a terceiros em decorrência de acidentes de trânsito ou falhas na operação de transporte.

**5.10.6.** A execução do serviço não confere à Contratada qualquer prerrogativa de livre estacionamento ou circulação. Devem ser respeitadas rigorosamente as leis de trânsito, as sinalizações locais e os limites de velocidade.

**5.10.7.** O Município de Telêmaco Borba não assumirá qualquer ônus por multas de trânsito aplicadas aos veículos da Contratada. A responsabilidade pelo pagamento e pela gestão das pontuações nas CNHs dos motoristas é inteiramente da empresa.

**5.10.8.** O transporte de resíduos deve ser realizado com o uso obrigatório de lona ou tela de proteção, evitando o derramamento de detritos em via pública, conforme exigido pelo Código de Trânsito Brasileiro.

## **5.11. DA BASE OPERACIONAL E LOGÍSTICA**

**5.11.1.** A Contratada deverá manter, durante toda a vigência do contrato, uma estrutura física (base operacional) localizada preferencialmente no município de Telêmaco Borba-PR ou em local que não comprometa a agilidade do atendimento, atendendo aos seguintes requisitos mínimos:

**5.11.1.1.** Local seguro e coberto para guarda de roçadeiras motorizadas, combustíveis, ferramentas e insumos, observando as normas de segurança contra incêndio.

**5.11.1.2.** Zoneamento compatível com as atividades que serão desenvolvidas;

**5.11.1.3.** Instalações sanitárias e locais para troca de roupa e asseio pessoal, em conformidade com a NR-24 (Condições Sanitárias e de Conforto nos Locais de Trabalho).

**5.11.1.4.** Local adequado para as refeições dos colaboradores, dotado de condições de higiene, mesas e assentos.





**5.11.2.** A base deverá servir como ponto de apoio para a manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos, garantindo que nenhuma frente de serviço seja paralisada por falta de máquinas operacionais.

**5.11.3.** É responsabilidade da Contratada a gestão de resíduos internos da base (óleos, filtros e peças substituídas), devendo dar o descarte legal conforme as normas ambientais.

**5.11.4.** O endereço da base operacional deverá ser informado à Divisão de Serviços Públicos em até 05 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato.

**5.11.5.** A Fiscalização do Município terá livre acesso à base operacional, em horário comercial, para verificar as condições de segurança, higiene e a existência dos equipamentos exigido neste termo.

**5.11.6.** Todos os custos de locação, impostos, taxas (água, energia, internet), segurança patrimonial e manutenção da base operacional são de inteira responsabilidade da Contratada, devendo estar contemplados em seu BDI (Benefício e Despesas Indiretas).

**5.11.7.** O Município de Telêmaco Borba não cederá, sob qualquer hipótese, prédios ou áreas públicas para servirem de base particular à Contratada.

## **5.12. DA COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS**

**5.12.1.** A Contratada será a única e exclusiva responsável por todas as etapas de manejo dos resíduos gerados (biomassa, terra e detritos de varrição), compreendendo a coleta, o acondicionamento, o carregamento, o transporte e a destinação final ambientalmente adequada.

**5.12.2.** O Município não fornecerá área de bota-fora ou aterro para o recebimento dos resíduos. Caberá à Contratada providenciar local devidamente licenciado pelos órgãos ambientais competentes (IAT/IBAMA) para o descarte ou tratamento dos resíduos (como unidades de compostagem, bioprocessamento ou aterros de resíduos inertes licenciados).

**5.12.3.** No caso de subcontratação da unidade receptora de resíduos (biomassa e detritos), a CONTRATADA deverá apresentar à fiscalização, como condição obrigatória para a emissão da primeira Ordem de Serviço, os seguintes documentos:

**5.12.3.1. Licença de Operação (LO):** Cópia autenticada ou digitalmente verificável da Licença de Operação vigente da unidade receptora, emitida pelo órgão ambiental competente (Ex: IAT/PR), que autorize expressamente a recepção e o processamento dos resíduos objeto deste contrato;

**5.12.3.2. Contrato ou Declaração de Anuência:** Instrumento jurídico firmado entre a CONTRATADA e a unidade receptora, comprovando a reserva de capacidade ou o compromisso de recebimento dos resíduos durante todo o período de execução contratual.

**5.12.3.3.** Todos os custos referentes a taxas de transbordo, taxas de disposição final em aterros privados, fretes e demais encargos logísticos deverão estar inclusos na proposta de preços da Contratada, não cabendo qualquer pleito de reequilíbrio financeiro sob alegação de custos de descarte.

**5.12.4.** Fica facultado à Contratada utilizar sua Base Operacional como bota-fora temporário e ponto de transbordo da biomassa, visando a otimização logística, desde que a referida base se encontre dentro de zoneamento permitido, observadas as seguintes condições:



- 5.12.4.1.** O resíduo não poderá permanecer no bota-fora por mais de 05 (cinco) dias úteis.
- 5.12.4.2.** O local deve ser delimitado e isolado do solo natural, evitando dispersão de detritos.
- 5.12.4.3.** É proibida a queima de qualquer resíduo, sob pena de rescisão e sanções ambientais.
- 5.12.4.4.** A responsabilidade por eventuais licenças (IAT/IBAMA) para o bota-fora temporário é exclusiva da Contratada.
- 5.12.4.5.** Em nenhuma hipótese o Município será responsabilizado por multas ambientais, passivos trabalhistas ou custos logísticos decorrentes da manutenção deste bota-fora temporário.
- 5.12.5.** O Município poderá realizar vistorias sem aviso prévio na Base Operacional e nos locais de execução do serviço para verificar o cumprimento do padrão de limpeza e varrição exigidos.
- 5.12.6.** Para fins de medição e pagamento, a CONTRATADA deverá anexar aos relatórios mensais os seguintes comprovantes de destinação:
- 5.12.6.1. MTR (Manifesto de Transporte de Resíduos):** Emitido via sistema oficial (Sinaflor/Sinir/Sema), devidamente baixado e assinado pela unidade receptora;
- 5.12.6.2. ICertificado de Destinação Final (CDF):** Documento que ateste o volume total de resíduos (m³ ou toneladas) entregues e processados no período correspondente à medição.
- 5.13. DA SEGREGAÇÃO NA ORIGEM**
- 5.13.1.** A contratada é integralmente responsável pela segregação dos resíduos verdes na origem, ou seja, logo após o corte.
- 5.13.2.** Antes de acionar qualquer equipamento de corte (manual ou mecanizado), a equipe deverá percorrer a área realizando a catação manual de resíduos sólidos urbanos. Esta etapa impede que garrafas PET, latas, sacos plásticos e vidros sejam triturados pelas lâminas das roçadeiras, o que tornaria a segregação posterior impossível.
- 5.13.3.** Durante a execução da roçada, a empresa deve garantir que o material orgânico não seja misturado a outros detritos provenientes de raspagem de solo (terra excessiva) ou entulhos de construção civil eventualmente presentes no local.
- 5.13.4.** No momento do recolhimento, os funcionários responsáveis pelo carregamento do veículo de transporte deverão realizar uma última inspeção visual. Caso sejam detectados fragmentos de contaminantes que escaparam à varredura prévia, estes devem ser removidos manualmente antes que o material seja depositado no caminhão.
- 5.13.5.** Se a empresa identificar áreas com alto índice de contaminação por descarte irregular de lixo, onde a segregação total seja técnica ou economicamente inviável naquele momento, deverá informar a fiscalização imediatamente.
- 5.14. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**
- 5.14.1.** A Contratada obriga-se a executar os serviços em estrita conformidade com a legislação federal, estadual e municipal vigente. Isso inclui, obrigatoriamente:
- 5.14.1.1.** Normas Técnicas da ABNT aplicáveis;



**5.14.1.2.** Instruções Normativas de órgãos de controle (TCE-PR, TCU) e resoluções de conselhos de classe (CREA/CAU);

**5.14.1.3.** Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego (especialmente NR 06, NR 18 e NR 38);

**5.14.1.4.** Resoluções do CONAMA e órgãos ambientais estaduais (IAT) sobre o manejo de resíduos vegetais.

**5.14.2.** É responsabilidade exclusiva da Contratada manter-se atualizada quanto às alterações legislativas e novas regulamentações de segurança do trabalho e meio ambiente que venham a vigorar durante a execução contratual.

**5.14.3.** Em caso de alteração das normas vigentes, procedimentos e equipamentos deverão ser adequados imediatamente às novas exigências legais, sem ônus adicional ao Município, sendo tais custos considerados riscos inerentes à atividade empresarial.

**5.14.4.** Qualquer dano decorrente da inobservância de normas técnicas, regulamentos de segurança ou imperícia na execução será de inteira responsabilidade civil, administrativa e criminal da Contratada.

**5.14.4.1.** A Contratada responde por danos a veículos, imóveis, mobiliário urbano ou integridade física de transeuntes causados pela projeção de detritos durante a roçada.

**5.14.4.2.** Danos a guias (meio-fio), postes, sinalização vertical ou árvores ornamentais deverão ser reparados ou indenizados pela Contratada no prazo de 48 horas.

**5.14.5.** Para a plena execução do objeto, a Contratada também se obriga a:

**5.14.5.1.** Manter todos os colaboradores devidamente uniformizados (com logomarca da empresa) e portando crachá de identificação com foto.

**5.14.5.2.** Instalar placas de advertência e cones de sinalização em todas as frentes de trabalho, alertando motoristas e pedestres sobre a execução dos serviços.

**5.14.5.3.** Fornecer e fiscalizar o uso obrigatório de Equipamentos de Proteção Individual (perneiras de proteção, protetor facial, abafadores de ruído, luvas e coletes refletivos).

**5.14.5.4.** Manter registro atualizado das áreas trabalhadas diariamente para conferência da fiscalização municipal.

**5.14.5.5.** Garantir que, ao final de cada jornada, a área trabalhada esteja livre de ferramentas, lixo pessoal dos funcionários ou resíduos da roçada que possam causar acidentes.

**5.14.6.** Todas as etapas da prestação de serviços, incluindo roçada, limpeza de calçadas, coleta e transporte, são de responsabilidade da CONTRATADA e ocorrerão às suas expensas, sendo a remuneração realizada apenas por metro quadrado (m<sup>2</sup>) de área efetivamente executada e atestada.

**5.14.7.** Ao final do contrato, os equipamentos, veículos e ferramentas utilizados continuarão na propriedade da contratada. O contrato não impõe a esta o ônus da transferência de qualquer bem móvel ao patrimônio municipal ao final deste.

**5.14.8.** O Fornecedor deve cumprir todas as obrigações constantes no contrato, no edital e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

**5.14.9.** Manter a calibração e a manutenção preventiva dos equipamentos mecanizados e veículos sempre válidas, apresentando os certificados de inspeção e conformidade ambiental quando solicitado.



- 5.14.10.** Fornecer treinamento periódico para a equipe sobre o uso correto das roçadeiras, técnicas de poda e normas de segurança viária.
- 5.14.11.** Durante o período de vigência técnica, a empresa deverá prestar assistência e manutenção on-site em seus equipamentos por meios próprios, com eventuais serviços para substituição ou reparação de máquinas que apresentarem defeito, garantindo que as frentes de trabalho não sejam paralisadas.
- 5.14.12.** Durante o período de execução dos serviços, a Administração Municipal não efetuará nenhum tipo de pagamento à contratada a título de deslocamento de pessoal, veículos, transporte, impostos, taxas, hospedagem, peças, combustíveis, fretes e outros, na solução de problemas operacionais.
- 5.14.13.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), aplicados subsidiariamente à responsabilidade civil.
- 5.14.14.** Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da etapa, os motivos que impossibilitem o cumprimento do cronograma previsto, com a devida comprovação oficial (ex: laudos meteorológicos).
- 5.14.15.** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.
- 5.14.16.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções (como roçada irregular ou resíduos não coletados).
- 5.14.17.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado ao patrimônio público ou terceiros (projeção de detritos), não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização da Administração, que ficará autorizada a descontar dos pagamentos o valor correspondente aos danos.
- 5.14.18.** Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais e tributárias, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante.
- 5.14.19.** Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente (com funcionários ou terceiros) que se verifique no local da execução do objeto.
- 5.14.20.** Paralisar, por determinação da Administração, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 5.14.21.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.
- 5.14.22.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
- 5.14.23.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento da produtividade ou insumos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis de descarte e frete, devendo complementá-los caso o previsto inicialmente não seja satisfatório, exceto nos casos do art. 124, II, d, da Lei nº 14.133/2021.



**5.14.24.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança e sinalização viária do Contratante.

**5.15. Obrigações da contratante**

**5.15.1.** Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços de roçada e limpeza;

**5.15.2.** Prestar as informações, indicação dos setores e os esclarecimentos solicitados pela contratada, relacionados com o objeto pactuado;

**5.15.3.** Comunicar, por escrito, à CONTRATADA, quaisquer irregularidades verificadas na execução dos serviços (áreas não roçadas ou limpeza insuficiente) que não estejam de acordo com as especificações deste Termo;

**5.15.4.** Efetuar conferência técnica (medição da área líquida) e administrativa das faturas e relatórios fotográficos dos serviços executados;

**5.15.5.** Efetuar os pagamentos no prazo estipulado no contrato após o recebimento da nota fiscal.

**5.15.6.** Comunicar, por escrito, à CONTRATADA a não aceitação de etapas parciais ou mal executadas, apontando as razões da não-adequação aos termos contratuais para fins de glosa;

**5.15.7.** Proporcionar as condições para que a contratada possa cumprir as obrigações pactuadas, garantindo o acesso às áreas públicas listadas no cronograma.

**6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

**6.1.** O contrato ou documento equivalente deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº. 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**6.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

**6.3.** A Gestão da contratação será realizada em conformidade com o previsto no art. 117, da Lei nº. 14.133/21 e no art. 8º, do Decreto Municipal nº. 29.203/2023 e documentos complementares, sendo exercido pelo servidor Maurício Diogenes Castro, matrícula nº22.247, denominado GESTOR;

**6.4.** A fiscalização técnica da contratação será realizada em conformidade com o previsto no art. 117, da Lei nº. 14.133/21 e no art. 8º, do Decreto Municipal nº. 29.203/2023 e documentos complementares, sendo exercida pelo servidor José Eduardo Munhoz Martins, Matrícula nº: 10344, denominado Responsável técnico; a quem compete especificamente:

**1.1.1.** Zelar pela observância de toda a legislação ambiental vigente (federal, estadual e municipal);

**1.1.2.** Controlar e validar a validade das licenças ambientais, certificados do IBAMA e demais documentos técnicos da Contratada que se fizerem necessários;





1.1.3. Manifestar-se tecnicamente sobre o cumprimento das normas ambientais e de segurança do trabalho.

**6.5.** A fiscalização operacional da contratação será realizada em conformidade com o previsto no art. 117, da Lei nº. 14.133/21 e no art. 8º, do Decreto Municipal nº. 29.203/2023 e documentos complementares, sendo exercida pelo servidor Kennedy Willians Ferreira Lopes, Matrícula nº: 10.415, denominado FISCAL DO CONTRATO;

**6.6.** As comunicações entre o contratante e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**6.7.** O fiscal de contrato poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**6.8.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput e Decretos Municipais nº. 29203 e 29216, ambos de 2023).

**6.9.** Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato, atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

**6.10.** Cabe ao Fiscal do Contrato manter o Responsável Técnico formalmente ciente sobre qualquer ocorrência, falha operacional ou irregularidade que possa gerar impacto ambiental ou comprometer a responsabilidade técnica do município perante os órgãos fiscalizadores.

**6.11.** Havendo dúvida sobre a legalidade ambiental de qualquer procedimento da Contratada, o Fiscal do Contrato deverá suspender a ação e solicitar parecer imediato do Responsável Técnico

**6.12.** O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da autorização de fornecimento, nota de empenho ou contrato, conforme o caso, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da Administração municipal.

**6.13.** O fiscal, ou o gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa.

**6.14.** O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelo fiscal do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.



**6.15.** O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal administrativo, quando for o caso, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

**6.16.** O gestor do contrato tomará providências para solicitar autorização para a instauração de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, nos termos do Decreto Municipal nº. 29216, de 2023.

**6.17.** O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

## **7. CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO E DE PAGAMENTO**

### **7.1. Recebimento do Objeto**

7.1.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal, no prazo de até 10 (dez) dias pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência.

7.1.2. O bem poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, devendo esses desacordos serem corrigidos no prazo de até 2 (dois) dias, a contar da notificação enviada à contratada, às suas custas, sem prejuízo nem aplicação das penalidades.

7.1.3. Caso ocorra o apresentado na clausula acima, será reiniciado o prazo para recebimento provisório do objeto do certame, partir da data da regularização do mesmo.

7.1.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, pelo gestor de contrato, mediante termo detalhado elaborado com fundamento no relatório do fiscal, que ateste o cumprimento das obrigações contratuais.

7.1.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143, da Lei nº. 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.1.6. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do objeto nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **7.2. Liquidação**



7.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 7 (sete) dias úteis para fins de liquidação.

7.2.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.2.3. A data da emissão;

7.2.4. Os dados do empenho e do órgão contratante;

7.2.5. O período respectivo de execução;

7.2.6. O valor a pagar; e eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.2.7. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.2.8. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

### **7.3. Prazo de pagamento**

7.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

### **7.4. Forma de pagamento**

7.4.1. Para o pagamento a contratada deverá possuir conta corrente jurídica (em nome da empresa), com os mesmos dados da ata/contrato;

7.4.2. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.4.3. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.4.4. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.4.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.4.6. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº. 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.



## 8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. Com o objetivo de mitigar riscos operacionais decorrentes da inexistência de mão de obra, frota própria e da ausência de infraestrutura tecnológica, a futura contratada deverá comprovar solidez operacional e expertise específica através dos seguintes critérios:

### **Capacidade Técnica Operacional (Empresa)**

8.2. Registro no Conselho de Classe: Comprovação de registro ou inscrição da empresa licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), dentro do prazo de validade.

8.3. Declaração de Disponibilidade de Frota: Declaração formal de que a empresa possui ou possuirá, até a data da Ordem de Serviço, veículo com as características mínimas exigidas.

### **Capacidade Técnica Profissional (Responsável Técnico)**

8.4. Responsável Técnico (Quadro Permanente): Comprovação de que a empresa possui, na data da entrega da proposta, profissional de nível superior, detentor do atestado de capacidade técnica previsto no item 8.5, nas seguintes áreas: Engenheiro Agrônomo, Ambiental, Florestal ou Biólogo desde que Habilitado para o manejo de flora e controle de espécies invasoras, desde que possua a devida Anotação de Responsabilidade Técnica (ART/TRT) para jardinagem e paisagismo (vinculado ao **CRBio**) - detentor de Certidão de Acervo Técnico (CAT) - por serviços de características semelhantes. A comprovação do vínculo profissional deverá ser feita via:

8.4.1. Sócio: Contrato Social.

8.4.2. Empregado: Cópia da CTPS ou Livro de Registro.

8.4.3. Prestador de Serviço: Contrato de prestação de serviço vigente.

8.5. Atestado de Capacidade Técnica Profissional, que comprove experiência para o desempenho da atividade pertinente, equivalente ou superior ao objeto licitado acompanhada da respectiva CAT – Certidão de Acervo Técnico, devidamente registrada na entidade profissional competente, que deverá conter no mínimo o nome do profissional, a localização e a identificação do serviço executado e o quantitativo mínimo correspondente a 30% do volume total do serviço de roçada de capim, capoeira e grama, equivalente a 5.588.044,81m<sup>2</sup>.

8.5.1. A exigência de Atestado de Capacidade Técnica Profissional, acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT), visa assegurar que a execução do objeto ficará sob a responsabilidade de profissional com experiência comprovada em serviços de complexidade e escala equivalentes.

8.5.2. O estabelecimento do percentual de 30% sobre o volume total do serviço roçada de capim, capoeira e grama (5.588.044,81m<sup>2</sup>) é uma medida proporcional que resguarda o interesse público e garante a segurança operacional da Administração, sem impor barreiras injustificadas à competitividade, em estrita observância ao princípio da seleção da proposta mais vantajosa e qualificada.

8.6. A contratada deverá apresentar no **momento da assinatura do contrato**:

8.6.1. Licença Ambiental para Transporte de Resíduos não perigosos e em nome da licitante, expedida pelo órgão ambiental competente;



8.6.2. Estar regulamentada nos seguintes programas de Segurança do Trabalho:

8.6.2.1. NR1 PGR (Programa de Gerenciamento de Riscos);

8.6.2.2. **NR-06:** Equipamentos de Proteção Individual (EPIs como perneiras, viseiras e luvas).

8.6.2.3. NR7 PCMSO – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional;

8.6.2.4. **NR-12:** Segurança no uso de máquinas (roçadeiras costais e tratores).

8.6.2.5. NR17 - Laudo Ergonômico.

8.6.2.6. NR 38 - Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos.

## 9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O valor estimado para a presente contratação perfaz o montante total máximo de R\$ 3.928.946,94 (três milhões, novecentos e vinte e oito mil, novecentos e quarenta e seis reais e noventa e quatro centavos), conforme planilhas de custos e formação de preços anexas.

## 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. O pagamento das despesas decorrentes de contratação oriunda da presente licitação correrá, mediante a emissão de Nota de Empenho, a conta de recursos consignados nas dotações orçamentárias:

Ano	Dotação	Órgão	Unidade	Ação	Elemento	Vínculo
2026	269	08	04	2138	3339039000	0000
2026	271	08	04	2138	3339039000	10520

Telêmaco Borba, 8 de junho de 2026.

## RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO DOCUMENTO

### ÁREA TÉCNICA:

Nome Servidor: José Eduardo Munhoz Martins

Cargo/função: Engenheiro Ambiental Matrícula nº: 10344

Assinatura: \_\_\_\_\_

### ÁREA REQUISITANTE:

Nome Servidor: Luciana Ramos Lemos

Cargo/função: Agente Administrativo, matrícula 9718

Assinatura: \_\_\_\_\_

## ANUÊNCIA DA AUTORIDADE COMPETENTE

De acordo com o ETP elaborado pela área requisitante;

Determino a continuidade dos procedimentos para a contratação pretendida.

Nome Servidor: Paulo Rogério Gomes

Cargo/função: Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos





## APÊNDICE DO ANEXO I

### ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

#### 1. INTRODUÇÃO

2. Estudo Técnico Preliminar – ETP, para levantamento de elementos que servirá para avaliar a viabilidade de execução do serviço de roçada de capim, capoeira, grama e limpeza de pavimento intertravado (paver), com raspagem, remoção e transporte dos resíduos, fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos e embasar o termo de referência, conforme disposto na Lei nº. 14.133, de 2021 e no Decreto Municipal nº. 29201, de 2023.
3. Este Estudo Técnico Preliminar tem como objetivos:
- a) Identificar a necessidade da área demandante;
  - b) Comparar soluções disponíveis no mercado (vantagens e desvantagens);
  - c) Atestar a viabilidade e exequibilidade técnica, econômica, financeira e ambiental da pretensão contratual;
  - d) Preparar informações para a elaboração do termo de referência.
  - e) A seguir o cumprimento dos requisitos mínimos necessários para este ETP, nos termos do Decreto Municipal nº 29201, de 2023.
  - f) O objeto é classificado como serviço comum, visto que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

#### 1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. A presente contratação visa atender à necessidade de manutenção da salubridade, estética e segurança das áreas públicas do Município de Telêmaco Borba por meio do serviço de roçada de capim, capoeira, grama e limpeza de pavimento intertravado (paver), com raspagem, remoção e transporte dos resíduos, fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos.
- 1.2. A proliferação de vegetação sem controle em vias, praças e prédios públicos favorece o surgimento de pragas, acúmulo de resíduos e compromete a visibilidade de motoristas e pedestres.
- 1.3. A solução busca garantir a conservação contínua de 945.158,02 m<sup>2</sup> de áreas urbanas e rurais.
- 1.4. Trata-se de reabertura do certame anteriormente iniciado em 25/06/2026, o qual foi objeto de anulação por parte da Administração Pública em estrito cumprimento ao princípio da autotutela.



1.5. Na ocasião, constatou-se vício insanável no instrumento convocatório anterior quanto aos requisitos de habilitação técnica, especificamente no que tange à exigência de Licença Ambiental expedida pelo IAT para Transporte de Resíduos Não Perigosos.

1.6. Restou evidenciado, em consonância com o entendimento consolidado pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE/PR) no Acórdão nº 3517/2025, que tal exigência configurava restrição geográfica indevida e potencial limitação à competitividade do certame.

1.7. Desse modo, o presente Estudo Técnico Preliminar visa corrigir a falha apontada, excluindo a referida exigência restritiva da fase habilitatória, garantindo a ampla competitividade, a isonomia entre os licitantes e a seleção da proposta mais vantajosa para o Município, sem prejuízo das obrigações ambientais a serem fiscalizadas na fase de execução contratual.

## **2. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL**

7.1. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

- V) ID PCA no PNCP: 76170240000104-0-000002/2026
- VI) Data de publicação no PNCP: 21/12/2025
- VII) Id do item no PCA: 1812;1196
- VIII) Classe/Grupo: 1

## **3. LEVANTAMENTO DE MERCADO**

3.1. Considerou-se a execução direta pela municipalidade, contudo, a insuficiência de maquinário especializado e a limitação do quadro de pessoal próprio tornam a execução indireta (terceirização) a solução mais vantajosa. Esta opção garante maior eficiência operacional, reduz custos administrativos com manutenção de frota e encargos inativos, e transfere à contratada a responsabilidade pelo gerenciamento logístico e substituição imediata de equipamentos.

3.2. O levantamento de mercado indica que a região possui ampla oferta de empresas qualificadas, capazes de atender à demanda com o emprego de roçadeiras costeais e logística de transporte de resíduos, assegurando a competitividade do certame e a continuidade do serviço público.

3.3. Vale ressaltar que a terceirização de serviços de zeladoria e manutenção de áreas verdes é uma prática amplamente consolidada na Administração Pública, sendo adotada por diversos municípios e órgãos federais como estratégia de eficiência administrativa.

3.4. Exemplos notáveis incluem as grandes prefeituras de capitais, como Curitiba e São Paulo, que utilizam contratos de execução indireta para a manutenção de parques e canteiros centrais,



além de órgãos como o DNIT, que rotineiramente licita serviços de roçada e capina para a conservação de faixas de domínio em rodovias.

3.5. Essa tendência justifica-se pelo fato de que tais atividades demandam uma gestão intensiva de mão de obra e substituição frequente de maquinário (roçadeiras, tratores e caminhões), o que é operado com maior agilidade pela iniciativa privada.

### **3.6 Da destinação final**

3.6.1. Considerando a paralisação das atividades do aterro sanitário local, o que impossibilita o recebimento direto destes materiais, a Administração Pública avaliou as seguintes alternativas para assegurar a continuidade do serviço e o cumprimento da Política Nacional de Resíduos Sólidos:

- Primeira Opção (Unidade de Transbordo): Avaliou-se o encaminhamento para a Unidade de Transbordo Municipal. Contudo, esta opção apresenta riscos operacionais, uma vez que o volume de resíduos de roçada pode impactar a capacidade de recepção da unidade e sobrecarregar os contratos vigentes de transporte e destinação final.

3.6.2. Segunda Opção -Terceirizada Responsável pela Destinação Final: Foi verificado que há empresa licenciada num raio de 6km do centro do município para o recebimento deste tipo de resíduo, o que reduziria o impacto logístico nas estruturas públicas.

3.6.3. Diante da paralisação das atividades do aterro sanitário local, a Administração Pública concluiu que a destinação final como responsabilidade da empresa terceirizada apresenta-se como a única solução que atende simultaneamente aos critérios de continuidade do serviço e eficiência logística.

3.6.4. O encaminhamento para a estrutura municipal foi descartado em razão do alto risco de saturação operacional. O volume de resíduos de roçada comprometeria a recepção dos resíduos sólidos urbanos (RSU), gerando custos extraordinários e potenciais paralisações nos contratos vigentes de transporte e destinação final (Ramos e Forte Ltda. e Zero Resíduos).

3.6.5. A utilização de empresa licenciada em um raio de apenas 6 km do centro do município configura-se como a escolha técnica definitiva. Esta opção elimina os riscos de sobrecarga do sistema público e promove a máxima economicidade ao reduzir o percurso de transporte, o consumo de combustível e a depreciação da frota municipal.

3.6.6. Dessa forma, a escolha pela destinação final via empresa terceirizada do serviço de roçada ratifica o compromisso com a Política Nacional de Resíduos Sólidos, garantindo que o manejo da biomassa ocorra de forma segregada, segura e com o melhor aproveitamento logístico para o erário, sem prejuízos à operação de transbordo do município.



#### **4. DESCRIÇÃO DO OBJETO/SOLUÇÃO COMO UM TODO**

9.1. A solução consiste na contratação de empresa especializada para a prestação de serviços contínuos de manutenção e conservação de áreas públicas, compreendendo a execução de roçada mecanizada (com uso de roçadeiras costais) de capim, capoeira e gramados, além da limpeza técnica de pavimentos intertravados (paver) por meio de raspagem e remoção de vegetação invasora e a destinação final de todo resíduo verde.

9.2. O raio de atendimento a partir da Sede da Secretaria Municipal de Obras varia de 8 a 10 km no perímetro urbano e rural.

9.3. A solução é integrada e abrange obrigatoriamente:

**9.3.1.** Fornecimento total de pessoal qualificado, maquinário, combustíveis, insumos e Equipamentos de Proteção Individual (EPIs).

**9.3.2.** Execução de acabamento minucioso em torno de mobiliários urbanos, monumentos, postes, meios-fios e obstáculos, garantindo a estética e a preservação do patrimônio.

**9.3.3.** Realização imediata de varrição, rastelagem e coleta de resíduos após o corte, impedindo que o material vegetal obstrua bueiros ou sistemas de drenagem pluvial.

**9.3.4.** Segregar o material vegetal que deverá ser transportado e destinado, sob total responsabilidade e ônus da Contratada, para unidade de recebimento devidamente licenciada pelo órgão ambiental competente, preferencialmente localizada no perímetro municipal ou em raio que garanta a eficiência logística da operação.

**9.3.5.** Comprovação da execução de cada etapa por meio de relatórios com fotos georreferenciadas, permitindo a fiscalização precisa do cumprimento do cronograma estabelecido para as macrozonas urbana e rural do Município.

**9.9.** O Termo de referência trará mais detalhes sobre a descrição do objeto;

9.10. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, segundo os parâmetros definidos no Decreto nº. 29202 de 2023, uma vez que as especificações são apenas as necessárias para atendimento das necessidades usuais do Município.

9.11. A contratação será realizada via Pregão Eletrônico, adotando-se o critério de julgamento por menor preço, uma vez que os serviços de roçada, capina e limpeza técnica enquadram-se na categoria de serviços comuns de engenharia, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital por meio de especificações usuais de mercado.

#### **5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO**

**10.1.1.** O planejamento estratégico para a conservação e roçada das áreas públicas de Telêmaco Borba baseia-se em uma extensão territorial anual de 19.208.483,84 m<sup>2</sup>, cuja execução é



operacionalizada por meio de cronogramas distintos de 21 e 10 etapas, ajustados conforme a tipologia e a necessidade de manutenção de cada localidade.

**10.1.2.** Para assegurar a precisão do dimensionamento logístico, este estudo fundamenta-se em dados primários obtidos através de amostragem técnica realizada pela Secretaria Municipal de Obras em 19/03/2026

**10.1.3.** O ensaio de campo constatou que a intervenção em áreas compostas majoritariamente por gramíneas (90% da tipologia local) gera uma média de 12 kg de biomassa para cada 500 m<sup>2</sup> roçados, resultando em um indicador de produtividade real de 0,030 kg/m<sup>2</sup>.

**10.1.4.** Com base nessa métrica de campo, projeta-se uma geração bruta anual de aproximadamente 570 toneladas de resíduos vegetais, o que corresponde a um volume estimado de 5.700 m<sup>3</sup>, considerando a densidade de material solto observada na amostragem.

**10.1.5.** É imperativo destacar que tal volume demanda um fluxo de manejo que priorize a sustentabilidade e a economicidade, prevendo que parte da biomassa seja mantida no solo para fins de adubação orgânica, enquanto o excedente deverá ser destinado de forma ambientalmente adequada. Esta estimativa, consolidada pela verificação *in loco*, blinda o processo licitatório contra superdimensionamentos, garantindo que a futura contratação de transporte e destinação final esteja estritamente alinhada à realidade operacional do município.

**10.2.** . A estimativa total para cada ciclo de execução é composta pelos seguintes itens:

- Roçada de grama, capoeira e mato: 886.991,24m<sup>2</sup>.
- Limpeza de pavimento intertravado (paver) com raspagem: 58.166,78m<sup>2</sup>.

**10.3.** As quantidades totais anuais deverão ser calculadas considerando a soma das áreas das 05 Regiões de Planejamento multiplicadas pela frequência de intervenção necessária para a manutenção do padrão técnico (altura da vegetação entre 0,8 cm e 3 cm), conforme cronograma estabelecido:

<b>Atividade</b>	<b>Primavera e Verão (Período Chuvoso)</b>	<b>Outono e Inverno (Período Seco)</b>
<b>Roçada e Capina</b>	A cada 15 (quinze) dias	A cada 20 (vinte) dias
<b>Limpeza de Rejuntes (Paver)</b>	A cada 30 (trinta) dias	A cada 40 (quarenta) dias

**5.3.** Os números apresentados refletem as dimensões reais de praças, canteiros centrais, unidades de saúde, escolas e próprios municipais, conforme inventário detalhado constante no anexo do Termo de Referência. A precisão dessas metragens é essencial para garantir o equilíbrio econômico-financeiro da contratação e evitar tanto a falta de cobertura quanto o pagamento por serviços não executados.



## **6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADA DOS PREÇOS UNITÁRIOS REFERENCIAIS, DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO**

6.1. O valor estimado para a presente contratação perfaz o montante total máximo de R\$ 3.928.946,94 (três milhões, novecentos e vinte e oito mil, novecentos e quarenta e seis reais e noventa e quatro centavos), conforme planilhas de custos e formação de preços anexas.

6.2. A estimativa do valor para a presente contratação será apurada mediante a elaboração de uma Planilha de Custos e Formação de Preços, utilizando-se como base o método de pesquisa de mercado previsto na Instrução Normativa vigente e na Lei nº 14.133/2021.

6.3. Considerando que a Administração Pública não intervirá na logística interna ou no método de tratamento escolhido pela contratada (seja compostagem, trituração, aterro de inertes ou reaproveitamento), e diante da impossibilidade de prever a destinação específica que cada licitante dará ao resíduo, estabeleceu-se, por critérios de razoabilidade e economicidade, o percentual de 2% sobre o valor do metro quadrado (m<sup>2</sup>) como provisão para este custo.

6.3.1. Este índice de 2% destina-se a compor o preço de referência, garantindo a exequibilidade da proposta, e visa cobrir eventuais despesas com:

6.3.2. Logística e Transbordo: movimentação do material do ponto de origem até a unidade de recebimento;

6.3.3. Taxas de Disposição: pagamento de valores de recepção em unidades licenciadas;

6.3.4. Conformidade Ambiental: emissão de MTR (Manifesto de Transporte de Resíduos) e certificados de destinação final.

Ressalta-se que a existência de empresa licenciada em um raio de apenas 6 km do centro do município valida a adequação deste percentual, assegurando que o custo de transporte não comprometa o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, ao mesmo tempo em que elimina riscos de sobrecarga no sistema público municipal.

## **7. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO**

7.1. A especificidade do objeto não se aplica parcelamento.

7.2. A opção pelo agrupamento em lote único justifica-se pela indivisibilidade técnica do fluxo operacional. Uma vez que a fragmentação dos serviços de roçada, varrição, limpeza de pavimentos e transporte de resíduos entre diferentes empresas comprometeria a sincronia necessária para a execução eficiente.

7.3. O agrupamento garante a economia de escala, facilita a fiscalização por parte do Município e evita conflitos de responsabilidade quanto à limpeza imediata das vias após o corte.





7.4. Além disso, a gestão centralizada em um único lote assegura a padronização estética das áreas públicas e a otimização logística das equipes e equipamentos, garantindo o cumprimento do cronograma estabelecido, o que se traduz em maior eficiência administrativa e menor custo operacional para a municipalidade.

## **8. CONTRATAÇÕES INTERDEPENDENTES E/OU CORRELATAS**

8.1. Para a plena execução do objeto deste Estudo Técnico Preliminar, não foram identificadas contratações interdependentes. O início e a continuidade dos serviços de roçada e capina não dependem da conclusão de outros contratos específicos para sua funcionalidade operacional imediata.

8.2. No que tange a contratações correlatas, o Município possui contratos vigentes de poda de árvores, coleta de lixo doméstico e reciclável. Tais serviços são independentes e não interferem na logística de execução das frentes de trabalho de roçada aqui tratadas.

8.3. A modelagem da solução foi estruturada para que a contratada assuma a responsabilidade integral e exclusiva pelo acondicionamento, transporte e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos vegetais em unidade receptora licenciada, situada preferencialmente no perímetro urbano de Telêmaco Borba. Esta configuração visa garantir a autossuficiência operacional no manejo inicial da biomassa, eliminando qualquer dependência técnica ou logística de insumos e equipamentos vinculados a outros contratos de coleta vigentes no município.

8.4. Tal estratégia assegura a segregação rigorosa dos resíduos na origem e a fluidez da execução diária, prevenindo a sobrecarga das estruturas públicas de transbordo e garantindo que o ciclo de limpeza urbana ocorra de forma isolada e rastreável. Ao desvincular esta operação das demais concessões de manejo de resíduos sólidos urbanos (RSU), a Administração Pública promove uma fiscalização mais eficiente, assegura a precisão das medições por pesagem e mitiga riscos de paralisações operacionais por falta de interface logística.

## **9. RESULTADOS PRETENDIDOS**

Com a execução dos serviços objeto desta contratação, o Município de Telêmaco Borba busca alcançar os seguintes resultados:

- Redução drástica da proliferação de animais peçonhentos (escorpiões, cobras, aranhas) e insetos vetores de doenças, como o mosquito *Aedes aegypti*, através da eliminação de criadouros em áreas de mato alto e acúmulo de resíduos.
- Melhoria da visibilidade para motoristas e pedestres em cruzamentos e calçadas, além da eliminação de zonas de sombra e esconderijos, contribuindo para a segurança pública e prevenção de pequenos delitos em praças e parques.



- Manutenção constante da imagem da cidade, garantindo que a vegetação de praças, canteiros e prédios públicos permaneça dentro do padrão de altura estabelecido (0,8 cm a 3 cm), refletindo uma gestão eficiente dos espaços comuns.
- Prevenção da obstrução de bueiros e galerias de águas pluviais por meio do sincronismo entre a roçada e a varrição imediata, evitando alagamentos e danos ao pavimento em períodos de chuva.
- Garantia da continuidade dos serviços públicos de limpeza urbana por meio de uma empresa com capacidade técnica e operacional comprovada, desonerando a administração municipal da manutenção direta de frotas e gestão de pessoal operacional intensivo.
- Eliminação do uso de herbicidas nocivos ao meio ambiente, substituindo-os pelo controle mecânico e manual, assegurando a destinação final dos resíduos vegetais em locais devidamente licenciados.

## **10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELO MUNICÍPIO**

- 10.1. Para garantir a exequibilidade da contratação e a eficácia na prestação dos serviços, o Município deverá adotar as seguintes providências:
- 10.2. Garantir que as direções das Unidades de Saúde, Escolas e demais prédios públicos cercados facilitem a entrada das equipas da contratada, respeitando o cronograma estabelecido.
- 10.3. Estabelecer um fluxo administrativo ágil para a emissão das Ordens de Serviço, de modo a não comprometer o ciclo de crescimento da vegetação e o cumprimento dos prazos previstos no Termo de Referência.
- 10.4. Manter a disponibilidade da Divisão de Serviços Públicos para acompanhar as vistorias técnicas das empresas licitantes que optarem por conhecer os locais antes do certame.
- 10.5. Criar um canal de comunicação para que o serviço de roçada possa ser priorizado em áreas identificadas com maior risco de focos de doenças ou infestação de animais peçonhentos.

## **11. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS**

- 10.1. A execução dos serviços de roçada e capina gera impactos ambientais que devem ser monitorizados e mitigados pela contratada, conforme as diretrizes abaixo:
- 10.1.1. Como medida de impacto positivo e proteção ambiental, é expressamente proibido o uso de herbicidas ("mata-pasto") ou qualquer substância química para dessecação da vegetação. Esta medida visa prevenir a contaminação do solo, do lençol freático e garantir a segurança da fauna local e dos munícipes.
- 10.1.2. O principal impacto é a geração de resíduos vegetais (biomassa). A contratada deve assegurar a recolha imediata e o transporte para local devidamente licenciado, evitando que estes resíduos obstruam galerias pluviais, o que poderia causar alagamentos e erosão do solo.



10.1.3. O uso de roçadeiras manuais costais a combustão gera emissão de ruídos e gases poluentes. Como medida mitigadora, os equipamentos devem estar com a manutenção em dia e a execução deve respeitar os horários estabelecidos para minimizar o incômodo sonoro à população e à fauna urbana.

10.1.4. Durante a roçada em áreas de capoeira ou áreas rurais, deve haver cautela para não atingir espécies arbóreas nativas ou ninhos de aves, preservando a flora e fauna local conforme as orientações dos técnicos municipais do Meio Ambiente.

10.1.5. A roçada deve manter a altura da vegetação entre 0,8 cm e 3 cm, evitando a exposição total do solo (solo nu), o que previne a erosão hídrica e a degradação da camada superficial da terra.

## **12. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO DA CONTRATAÇÃO**

4.

11.1. Diante dos estudos realizados, conclui-se que a contratação de empresa especializada para os serviços de roçada e limpeza urbana é a solução que melhor atende às necessidades do Município de Telêmaco Borba, sob os aspectos técnico, econômico e ambiental.

11.2. A solução proposta está em total consonância com o Plano de Contratações Anual (PCA) de 2026 e demonstra-se essencial para a manutenção da saúde pública, segurança viária e zeladoria dos espaços comuns. A definição de critérios rigorosos a proibição de herbicidas, assegura um padrão de qualidade elevado e sustentável.

11.3. A estratégia de agrupamento em lote único mostrou-se a mais adequada para garantir a eficiência operacional e a economia de escala, mitigando riscos de descontinuidade ou falta de padronização nos serviços.

11.4. Por fim, considerando a disponibilidade de mercado e o detalhamento dos quantitativos apurados, declaramos que a contratação é totalmente viável e recomendável.

Telêmaco Borba, 8 de junho de 2026.

## **13. RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO DOCUMENTO**

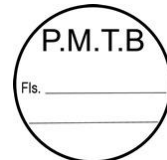
ÁREA TÉCNICA:

Nome Servidor: José Eduardo Munhoz Martins

Cargo/função: Engenheiro Ambiental Matrícula nº: 10344

Assinatura: \_\_\_\_\_

ÁREA REQUISITANTE:



Nome da Servidora: Luciana Ramos

Cargo/função: Agente Administrativo, matrícula 9718

Assinatura: \_\_\_\_\_

#### **ANUÊNCIA DA AUTORIDADE COMPETENTE**

De acordo com o ETP elaborado pela área requisitante;

Determino a continuidade dos procedimentos para a contratação pretendida.

Nome Servidor: Paulo Rogério Gomes

Cargo/função: Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos

Assinatura: \_\_\_\_\_



## ANEXO II

### MODELO DE PROPOSTA

Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Empresa:

Denominação social:

Inscrição estadual ou municipal:

CNPJ:

Endereço:

E-mail:

Telefone:

Nº do Banco:

Banco:

Agência:

Conta Corrente (com dígito):

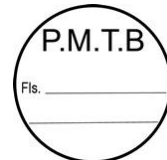
**Validade da proposta: 90 dias**

LOTE 1					
Item	Produto - Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Máximo Unitário	Valor Máximo Total
1	Contratação de empresa para prestação serviço de: Roçada de capim, capoeira e grama, em vias públicas, terrenos públicos e lotes baldios no perímetro urbano de Telêmaco Borba, com roçadeira manual a gasolina, trator ou ferramenta manual, conforme Termo de Referência.	METROS QUADRADOS	18.626.816,04		
2	Execução de serviço capina em pavimento intertravado, com raspagem, remoção e transporte dos resíduos, fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos, em terrenos públicos ou passeios públicos no perímetro urbano de Telêmaco Borba, com a utilização de ferramenta manual ou mecanizada, conforme Termo de Referência.	METROS QUADRADOS	581.667,80		

**ATENÇÃO: A fase de lances se dará pelo valor total do LOTE. Após a conclusão da fase de lances a proposta readequada deverá ser anexada conforme Anexo do Modelo II deste Edital, contendo todos os itens que compõem o LOTE e seus respectivos valores unitários.**

Local e data

\_\_\_\_\_  
Representante Legal ou Procurador do Licitante  
(nome e assinatura)



## ANEXO III

### MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº \_\_\_\_/2026  
Nº \_\_\_\_/2026  
PROTOCOLO Nº \_\_\_\_/2026

#### **PUBLICADO**

Edição nº: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Pág. \_\_\_\_  
Boletim Oficial do Município de Telêmaco Borba-PR

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI FIRMAM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA, ESTADO DO PARANÁ E DE OUTRO LADO \_\_\_\_\_, CONFORME AS CLÁUSULAS ABAIXO:**

**CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA, ESTADO DO PARANÁ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Praça Dr. Horácio Klabin, 37, inscrito no CNPJ/MF nº 76.170.240/0001-04, neste ato devidamente representado pela Prefeita Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, **RITA MARA DE PAULA ARAÚJO**, brasileira, casada, farmacêutica, portadora do Registro de Identidade Civil n.º 30677250 SSP-PR e do CPF/MF n.º 514.049.159-15, residente e domiciliada nesta cidade de Telêmaco Borba, Estado do Paraná.

**CONTRATADA:** \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF nº \_\_\_\_\_, com endereço na \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, neste ato representada por \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na cidade de \_\_\_\_\_, acordam e ajustam firmar o presente **CONTRATO**, nos termos da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, suas alterações e legislações pertinentes e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

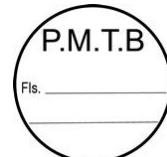
#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

1.1. **Contratação de empresa especializada em serviço de roçada de capim, capoeira, grama e limpeza de pavimento intertravado (paver), com raspagem, remoção e transporte dos resíduos, fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos**, conforme especificações, quantidades e valores descritos na Requisição ao Compras em anexo e descrição abaixo, nas condições estabelecidas nesse documento e conforme termo de referência.

#### 1.2. Objeto da contratação:

Cód	Produto	Unidade	Quant. m² por etapa	Nº de etapas no ano	Quant. Total	Valor Unitário	Valor por etapa	Valor Total
24326	Contratação de empresa para prestação serviço de: Roçada de capim, capoeira e grama, em vias públicas, terrenos públicos e lotes baldios no perímetro urbano de Telêmaco Borba, com roçadeira manual a gasolina, trator ou ferramenta manual, conforme Termo de Referência.	M²	886.991,24	21				
41410	Execução de serviço capina em	M²	58.166,78	10				





pavimento intertravado, com raspagem, remoção e transporte dos resíduos, fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos, em terrenos públicos ou passeios públicos no perímetro urbano de Telêmaco Borba, com a utilização de ferramenta manual ou mecanizada, conforme Termo de Referência.								
<b>Total máximo R\$</b>								

- 1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:  
1.3.1. O Termo de Referência;  
1.3.2. Processo Licitatório;  
1.3.3. A Proposta do contratado;  
1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, prorrogável conforme os artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021, desde que comprovado o preço vantajoso;

2.2. O prazo de execução da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato ou documento equivalente, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021;

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – DOS SERVIÇOS**

3.1. Os serviços ora contratados deverão ser executados em conformidade às disposições contidas no Termo de Referência e orientações da Secretaria Municipal.

#### **CLÁUSULA QUARTA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

4.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e do Decreto Municipal nº 29.216, de 2023, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

4.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples Apostila;

4.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo (s) fiscal (is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput e Decretos Municipais nº. 29.203 e 29.216, ambos de 2023);

4.4. A fiscalização e gestão da contratação deste Processo, ficarão a cargo de:

4.5. Fiscal Técnico do Contrato: \_\_\_\_\_, matrícula \_\_\_\_\_;

4.6. Fiscal Operacional do Contrato: \_\_\_\_\_, matrícula \_\_\_\_\_; e

4.7. Gestor do Contrato: \_\_\_\_\_, matrícula \_\_\_\_\_;

4.8. Ao Fiscal Técnico compete especificadamente:

a) Zelar pela observância de toda a legislação ambiental vigente (federal, estadual e municipal);

b) Controlar e validar a validade das licenças ambientais, certificados do IBAMA e demais documentos técnicos da Contratada que se fizerem necessários;

c) Manifestar-se tecnicamente sobre o cumprimento das normas ambientais e de segurança do trabalho;



4.9.O Fiscal deverá acompanhar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;

4.10.As comunicações entre o contratante e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

4.11.O fiscal de contrato poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

4.12.Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato, atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

4.13.Cabe ao Fiscal do Contrato manter o Responsável Técnico formalmente ciente sobre qualquer ocorrência, falha operacional ou irregularidade que possa gerar impacto ambiental ou comprometer a responsabilidade técnica do município perante os órgãos fiscalizadores.

4.14.Havendo dúvida sobre a legalidade ambiental de qualquer procedimento da Contratada, o Fiscal do Contrato deverá suspender a ação e solicitar parecer imediato do Responsável Técnico

4.15.O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da autorização de fornecimento, nota de empenho ou contrato, conforme o caso, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da Administração Municipal.

4.16.O fiscal, ou o gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa.

4.17.O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelo fiscal do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

4.18.O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração;

4.19.O Fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do objeto, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, conforme previsto no § 1º, do art. 117, da Lei nº. 14.133, de 2021;

4.20.O acompanhamento in loco da execução das atividades, será realizada pela Coordenação do Setor – Na condição de Fiscal Setorial do serviço;

4.21.Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o Fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do objeto, determinando prazo para a correção;

4.22.O fiscal informará ao gestor, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

4.23.No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o Fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao Gestor do contrato;

4.24.O Fiscal do contrato comunicará ao Gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual quando cabível;

4.25.O fiscal do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

4.26.O gestor emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

4.27.O gestor tomará providências para solicitar a instauração de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, nos termos do Decreto Municipal nº. 29216, de 2023.

#### **CLÁUSULA QUINTA – SUBCONTRATAÇÃO**

5.1. É expressamente vedada a subcontratação do objeto principal deste Termo de Referência, compreendido pelas atividades finalísticas serviço de roçada de capim, capoeira, grama e limpeza de pavimento intertravado (paver), com raspagem, remoção e transporte dos resíduos, fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos;

5.2. A título de atividades-meio, e mediante prévia autorização por escrito da Fiscalização, a Contratada poderá subcontratar os seguintes serviços de apoio:



- Manutenção Preventiva e Corretiva: Serviços de oficina mecânica, funilaria e borracharia para a frota;
- Locação de imóvel: base operacional
- Higienização Técnica: Lavagem e desinfecção periódica dos veículos coletores e equipamentos de proteção;
- Medicina e Segurança do Trabalho: Clínicas para exames admissionais/periódicos (PCMSO) e consultoria para elaboração do PGR;
- Seguros: Corretoras para a manutenção das apólices de seguro da frota e de responsabilidade civil.
- Contratação de Unidade receptora licenciada para recebimento dos resíduos.

5.3. A subcontratação parcial do objeto admitida exclusivamente para a destinação final e tratamento de resíduos, permanecendo a CONTRATADA como única responsável perante a Administração por qualquer dano ambiental ou irregularidade técnica cometida pela subcontratada;

5.4. A substituição da unidade receptora durante a vigência do contrato depende de prévia e expressa autorização da Administração, mediante a apresentação da documentação ambiental descrita no item anterior, sob pena de rescisão contratual e aplicação de sanções;

5.5. A subcontratação das atividades-meio autorizadas não exime a Contratada de sua responsabilidade integral perante a Administração Municipal pela qualidade, prazos e segurança dos serviços prestados por terceiros.

#### **CLÁUSULA SEXTA – VALOR**

6.1. O valor total da contratação é de **R\$** \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

6.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

#### **CLÁUSULA SETIMA – CRITÉRIOS DE EXECUÇÃO**

##### **Sustentabilidade**

7.1. As práticas de sustentabilidade na execução de serviços, quando couber, devem atender os requisitos descritos no art. 5º do no Decreto Municipal nº 29.209 de 2023;

7.2. A prestação do serviço deverá seguir as normas ambientais e especificações técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Normas Regulamentadoras, IBAMA e Instituto Água e Terra – IAT.

##### **Garantia da contratação**

7.3. A proponente vencedora, quando da assinatura do termo de contrato, deverá, sob pena de decair o direito de contratação, apresentar comprovação de formalização da garantia de execução;

7.4. Para a formalização do contrato, a adjudicatária deverá comprovar no ato da assinatura do termo contratual que providenciou a prestação de garantia no valor equivalente a **5 % (cinco por cento)** do valor do contrato;

7.5. Caberá à adjudicatária optar por uma das modalidades de garantias estabelecidas no Art. 96, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, podendo ser:

I - Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

II - Seguro-garantia;

III - Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

IV - Título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total. (Incluído pela Lei nº 14.770, de 2023)



7.6. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

7.7. No caso de seguro-garantia sua apresentação deverá ocorrer, no máximo, até a data de assinatura do contrato;

7.8. apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora;

7.9. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 7.13 deste contrato;

7.10. Caso utilizada outra modalidade de garantia, somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente;

7.11. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração;

7.12. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- b) multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- c) obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber;

7.13. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 7.13, observada a legislação que rege a matéria;

7.14. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

7.15. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil;

7.16. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação;

7.17. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 7 (sete) dias úteis, contados da data em que for notificada;

7.18. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria;

7.19. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

7.20. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022;

7.21. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;

7.22. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada;

7.23. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste Contrato;

7.24. Além da garantia de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº. 14.133/21, a presente contratação possui previsão de garantia contratual do bem a ser fornecido, incluindo manutenção e assistência técnica, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência;

7.25. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto prevista especificamente no Termo de Referência;

## **CLÁUSULA OITAVA – LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO**

8.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 7 dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.



8.2. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) O prazo de validade;
- b) Data da emissão;
- c) Dados do empenho e do órgão contratante;
- d) Período respectivo de execução;
- e) Valor a pagar.
- f) Informações idênticas das contidas na nota de Empenho;
- g) Tributos incidentes;

8.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

8.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

#### **Recebimento do Objeto**

8.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal, no prazo de até 10 (dez) dias pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência;

8.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, devendo esses desacordos serem corrigidos no prazo de até 2 (dois) dias, a contar da notificação enviada à contratada, às suas custas, sem prejuízo nem aplicação das penalidades;

8.7. Caso ocorra o apresentado na cláusula acima, será reiniciado o prazo para recebimento provisório do objeto do certame, partir da data da regularização do mesmo;

8.8. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, pelo gestor de contrato, mediante termo detalhado elaborado com fundamento no relatório do fiscal, que ateste o cumprimento das obrigações contratuais;

8.9. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento;

8.10. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga;

8.11. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo;

8.12. A fiscalização não efetuará o ateste da única medição do serviço até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório;

8.13. Após o recebimento definitivo será solicitada a Nota Fiscal ou documento de cobrança para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento;

8.14. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança;

8.15. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do objeto;

8.16. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

#### **Prazo de pagamento**

8.17. O pagamento será efetuado no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

#### **Forma de pagamento**

8.18. Para o pagamento a contratada deverá possuir conta corrente jurídica (em nome da empresa), com os mesmos dados da ata/contrato;

8.19. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.





aplicável; 8.21. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação

8.22. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

#### **CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

9.1.Exercer a fiscalização dos serviços, por meio de servidores designados;  
9.2.Prover a contratada nome e telefone dos responsáveis pelo recebimento e aceite dos serviços.

9.3.Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela contratada, relacionados com o objeto pactuado;

9.4.Comunicar formalmente à Contratada qualquer irregularidade na prestação do serviço (áreas não roçadas ou limpeza insuficiente) ou no comportamento da equipe técnica em desacordo com as especificações do Termo de Referência;

9.5.Efetuar a conferência técnica (medição da área líquida) do relatório de manutenção e das medições antes do ateste da nota fiscal.

9.6.Efetuar o pagamento em até 15 dias após o recebimento da Nota Fiscal e Relatório de atividades.

9.7.Notificar a Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução dos serviços, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.

9.8.Comunicar à contratada o não-recebimento do serviço, apontando as razões da sua desconformidade com as especificações contidas no termo de referência ou na proposta apresentada;

9.9.Proporcionar as condições para que a contratada possa cumprir as obrigações pactuadas, garantindo o acesso às áreas públicas listadas no cronograma;

9.10. Durante o período de execução dos serviços, a Administração Municipal não efetuará nenhum tipo de pagamento à contratada a título de deslocamento de pessoal, veículos, transporte, impostos, taxas, hospedagem, peças, encargos, fretes e outros, na solução de problemas operacionais;

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

10.1. A contratada deverá apresentar no momento da assinatura do contrato:  
10.2. Licença Ambiental para Transporte de Resíduos não perigosos e em nome da licitante, expedida pelo órgão ambiental competente;

10.3. Estar regulamentada nos seguintes programas de Segurança do Trabalho:

10.4. NR1 PGR (Programa de Gerenciamento de Riscos);

10.5. NR-06: Equipamentos de Proteção Individual (EPIs como perneiras, viseiras e luvas).

10.6. NR7 PCMSO – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional;

10.7. NR-12: Segurança no uso de máquinas (roçadeiras costais e tratores).

10.8. NR17 - Laudo Ergonômico.

10.9. NR 38 - Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos.

10.10. A Contratada obriga-se a executar os serviços em estrita conformidade com a legislação federal, estadual e municipal vigente, cumprir todas as obrigações constantes no contrato, no edital e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, isso inclui, obrigatoriamente;

10.11. Normas Técnicas da ABNT aplicáveis, em especial NBR 12.212 e NBR 12.244, mas não se restringindo apenas a elas;

10.12. Instruções Normativas de órgãos de controle (TCE-PR, TCU) e resoluções de conselhos de classe (CREA/CAU);

10.13. Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego (especialmente NR 06, NR 18 e NR 38);

10.14. Resoluções do CONAMA e órgãos ambientais estaduais (IAT) sobre o manejo de resíduos vegetais;





10.15. Na assinatura deste contrato, a contratada deverá estar regulamentada nos seguintes programas de Segurança do Trabalho, devendo apresentá-lo juntamente com a devolução deste instrumento assinado:

10.16. NR1 PGR (Programa de Gerenciamento de Riscos);  
10.17. NR-06: Equipamentos de Proteção Individual (EPIs como perneiras, viseiras e luvas).

10.18. NR7 PCMSO – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional;  
10.19. NR-12: Segurança no uso de máquinas (roçadeiras costais e tratores).  
10.20. NR17 - Laudo Ergonômico.  
10.21. NR 38 - Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos.  
10.22. É responsabilidade exclusiva da Contratada manter-se atualizada quanto às alterações legislativas e novas regulamentações de segurança do trabalho e meio ambiente que venham a vigorar durante a execução contratual;

10.23. Em caso de alteração das normas vigentes, os procedimentos e equipamentos deverão ser adequados imediatamente às novas exigências legais, sem ônus adicional ao Município, sendo esses custos considerados riscos inerentes à atividade empresarial;

10.24. Qualquer dano decorrente da inobservância de normas técnicas, regulamentos de segurança ou imperícia na execução será de inteira responsabilidade civil, administrativa e criminal da Contratada;

10.25. A Contratada responde por danos a veículos, imóveis, mobiliário urbano ou integridade física de transeuntes causados pela projeção de detritos durante a roçada;

10.26. Danos a guias (meio-fio), postes, sinalização vertical ou árvores ornamentais deverão ser reparados ou indenizados pela Contratada no prazo de 48 horas;

10.27. Para a execução plena do objeto, a Contratada também se obriga a:

10.28. Manter os colaboradores devidamente uniformizados (com logomarca da empresa) e portando crachá de identificação com foto;

10.29. Instale placas de advertência e cones de sinalização em todas as frentes de trabalho, alertando motoristas e pedestres sobre a execução dos serviços;

10.30. Fornecer e fiscalizar o uso obrigatório de Equipamentos de Proteção Individual (perneiras de proteção, protetor facial, abafadores de ruído, luvas e coletes refletivos);

10.31. Manter registro atualizado das áreas trabalhadas diariamente para conferência da fiscalização municipal;

10.32. Certifique-se de que, ao final de cada jornada, a área trabalhada esteja livre de ferramentas, lixo pessoal ou resíduos da roçada que possam causar acidentes;

10.33. Todas as etapas da prestação de serviços, incluindo roçada, limpeza de calçadas, coleta e transporte, são de responsabilidade da CONTRATADA e ocorrerão às suas despesas, sendo os pagamentos realizados apenas por metro quadrado (m<sup>2</sup>) de área realizada e atestada;

10.34. Ao final do contrato, os equipamentos, veículos e ferramentas utilizados continuarão na propriedade da contratada. O contrato não exige a este o ônus da transferência de qualquer bem móvel ao patrimônio municipal ao final deste;

10.35. Manter a permanência e a manutenção preventiva dos equipamentos mecanizados e veículos sempre válidos, apresentando os certificados de inspeção e conformidade ambiental quando solicitados;

10.36. Fornecer treinamento periódico para a equipe sobre o uso correto das roçadeiras, técnicas de poda e normas de segurança viária;

10.37. Durante o período de vigência, a empresa deverá prestar assistência e manutenção in loco em seus equipamentos por meios próprios, com eventuais serviços de substituição ou reposição de máquinas que apresentem defeito, garantindo que as frentes de trabalho não sejam paralisadas;

10.38. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), aplicado subsidiariamente à responsabilidade civil;

10.39. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecedem os dados da etapa, os motivos que impossibilitam o cumprimento do cronograma previsto, com a devida comprovação oficial (ex: laudos meteorológicos);

10.40. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137.º, II) e prestar todo o esclarecimento ou informação por eles solicitados;

10.41. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas despesas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal, os serviços nos quais se verificam vícios, defeitos ou incorreções;

10.42. Responsabilizar-se pelos seguros e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todos e qualquer dano causado ao patrimônio público ou terceiros (projeção de detritos), não reduz essa



responsabilidade a fiscalização da Administração, que deixará autorizado a descontar dos pagamentos o valor correspondente aos danos;

10.43. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas no Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais e tributárias, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

10.44. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente (com funcionários ou terceiros) que se verifique no local da execução do objeto;

10.45. Paralisar, por determinação da Administração, qualquer atividade que não esteja sendo realizada de acordo com a boa técnica ou que coloque em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

10.46. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições obrigatórias para habilitação na licitação;

10.47. Manter o sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.48. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento da produtividade ou insumos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis de descarte e frete, devendo complementa-los caso o previsto inicialmente não seja satisfatório, exceto nos casos do art. 124, II, d, da Lei nº 14.133/2021;

10.49. Cumprir, além dos postulados legais vigentes no âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança e sinalização viária do Contratante;

10.50. Obedecer às especificações do objeto, observando a qualidade e os prazos exigidos no Termo de Referência e no Edital de Licitação, bem como neste Contrato;

10.51. Disponibilizar números de telefone fixo e de telefone móvel, bem como endereço eletrônico que possibilitem contato imediato entre contratada e contratante;

10.52. Responder integralmente pelos métodos utilizados na manutenção, organização do canteiro de obras e qualidade técnica dos serviços executados;

10.53. Assumir total responsabilidade pelas despesas e encargos de mão de obra, incluindo seguros de vida e acidentes de trabalho;

10.54. Cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos, ciente de que o atraso compromete o abastecimento de água potável à população;

10.55. Emitir documento de Teste de Vazão e Relatório Elétrico, identificando os dados e os parâmetros técnicos medidos (Níveis Estático e Dinâmico);

10.56. Fornecer todas as ferramentas, tubos, sondas, compressores e produtos químicos necessários, sem custo adicional à CONTRATANTE;

10.57. Enviar técnicos devidamente uniformizados e identificados, fornecidos obrigatoriamente com os EPIs pertinentes, incluindo proteção para eletricidade (NR-10) e trabalho em altura (NR-35), onde couber;

10.58. Atender benefícios às solicitações emergenciais do contratante, dada a essencialidade do serviço;

10.59. Responsabilizar-se por todos os custos de transporte, mobilização de equipamentos pesados, hospedagem e alimentação de suas equipes;

10.60. Refazer quaisquer serviços recusados pelo contratante;

10.61. Atender prontamente as solicitações do contratante;

10.62. Assumir todas as despesas e despesas que forem necessárias para o adimplemento das obrigações decorrentes da contratação;

10.63. Não permitir a utilização de qualquer trabalho menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendizagem para os maiores de quatorze anos;

10.64. O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas despesas, no total ou em parte, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, corridas o objeto do contrato em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

10.65. Remover, transportar e dar destinação correta aos resíduos e embalagens vazias, oriundos do serviço executado;

10.66. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas despesas, no todo ou em parte, o objeto em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução ou materiais usados.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

11.1. A inexecução total ou parcial do contrato, por dolo ou culpa do contratado, poderá ensejar a aplicação das seguintes sanções:

I - Advertência;



- II - multa: moratória ou compensatória;
- III - impedimento de licitar e contratar;
- IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

11.2. A aplicação das sanções, inclusive a advertência, será precedida do devido processo legal, no qual sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.3. A competência para determinar a instauração do processo administrativo é do Chefe do Poder Executivo municipal, ou de quem dele receber delegação de competência.

11.4. A penalidade será aplicada pelo Secretário da pasta a que o contrato está vinculado.

11.5. A aplicação das sanções previstas em Lei não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração municipal.

11.6. A Administração municipal tem o dever de instaurar processo administrativo para apurar a responsabilidade da empresa, em virtude de inexecução contratual, salvo se comprovado que o descumprimento decorreu de culpa da própria Administração, caso fortuito, força maior ou fato imputável exclusivamente a terceiros.

11.7. O fiscal do contrato, após registrar em relatório o descumprimento contratual, deverá reportar a situação ao gestor de contrato, a quem caberá solicitar ao Chefe do Poder Executivo municipal autorização para instauração de processo administrativo para aplicação de penalidade.

11.8. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156, da Lei nº 14.133, de 2021, requererá a instauração de processo de responsabilização, de que trata o art. 158, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, a ser conduzido por comissão composta por, no mínimo, 02 (dois) servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo, designada pelo Chefe do Poder Executivo municipal.

11.9. O procedimento para aplicação de penalidades administrativas é o expresso no Decreto nº 29.216, de 13 de março de 2023.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

12.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.2. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

12.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

12.5. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, e nos arts. 28 e 29, do Decreto Municipal nº. 29216, de 2023, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.5.1. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.5.2. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.6. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas;

12.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

12.8. Este contrato poderá ser extinto:

a) por ato unilateral e escrito da Administração municipal, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

b) consensual, por acordo entre as partes, desde que haja interesse da Administração municipal e não reste caracterizado o descumprimento contratual por culpa do contratado;

c) determinada por decisão judicial;

12.9. A extinção determinada por ato unilateral do contratante e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo;

12.10. Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva do contratante, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

- a) devolução da garantia;



- b) pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção; e
- c) pagamento do custo da desmobilização;

12.11. A extinção determinada por ato unilateral do contratante poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas neste contrato, as seguintes consequências:

- a) assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração municipal;
- b) ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA REPACTUAÇÃO**

13.1. Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, mediante solicitação do contratado;

13.2. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

a. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

b. Para os custos decorrentes do mercado: a partir da apresentação da proposta.

13.3. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação;

13.4. Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que apostilada;

13.5. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços;

13.6. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias;

13.7. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho;

13.8. Na repactuação, o contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade;

13.9. Quando a repactuação solicitada se referir aos custos da mão de obra, o contratado efetuará a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato;

13.10. A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos;

13.11. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica o contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer;

13.12. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado será, obrigatoriamente, o definitivo;

13.13. Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor;

13.14. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado, por meio de termo aditivo;

13.15. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado, o contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual;





13.16. Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação;

13.17. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras;

13.18. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente;

13.19. O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão;

13.20. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao contratante ou ao contratado proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão;

13.21. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório;

13.22. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei nº 14.133, de 2021;

13.23. O contratado deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado;

13.24. A majoração da tarifa de transporte público gera a possibilidade de revisão do item relativo aos valores pagos a título de vale-transporte, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços do presente Contrato, desde que comprovada pelo contratado a sua efetiva repercussão sobre os preços contratados.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO REAJUSTE**

14.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data da assinatura do contrato;

14.2. Após o interregno de um ano, mediante solicitação do contratado, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade;

14.3. Será considerado como data base para o reajuste o período entre a data do orçamento e a data de aniversário do contrato;

14.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;

14.5. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo;

14.6. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo;

14.7. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor;

14.8. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo;

14.9. O reajuste será realizado por apostilamento;

14.10. A formalização de termo aditivo, com a manutenção das demais cláusulas em vigor, sem ressalvas em relação ao reajustamento de preços, bem como o término da vigência do contrato, sem que o contratado tenha pleiteado o reajuste, importará renúncia quanto às parcelas reajustáveis no período;

14.11. O disposto no item 9.9 não impede o contratado de pleitear os reajustes futuros, se houver, respeitada a data base e periodicidade definidas nos itens 13.1 e 13.2.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – RECURSOS FINANCEIROS**

15.1. As despesas decorrentes do presente Contrato serão efetuadas à conta do seguinte recurso financeiro:



Ano	Dotação	Órgão	Unidade	Ação	Elemento	Vínculo
2026						
2026						

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS ENCARGOS

16.1. Correrá à conta da **CONTRATADA** todas as despesas e encargos de natureza trabalhista, previdenciária, social e tributária incidente em face da presente contratação, que deverá ser comprovada ao **CONTRATANTE**, isentando o **CONTRATANTE** de tais ônus.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS

17.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº. 14.133, de 2021, e demais normas municipais aplicáveis e, subsidiariamente, pelas normas e princípios gerais dos contratos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – ALTERAÇÕES

18.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº. 14.133, de 2021 no que couber;

18.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

18.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº. 14.133, de 2021.

#### CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA PUBLICAÇÃO

19.1. O presente Instrumento de Contrato será publicado na imprensa Oficial até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura;

19.2. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, § 2º, da Lei n. 12.527, de 2011.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

20.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa;

20.2 O Contratado deverá manter sigilo sobre dados, documentos, transações efetuadas e demais informações que tiver acesso, durante a execução contratual do objeto, devendo coibir qualquer prática contrária às normas da Contratante, salvo por requisição de responsável da parte desta, devidamente formalizada;

20.3 Dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD;

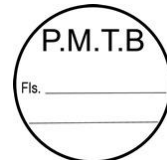
20.4 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei;

20.5 A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado;

20.6 Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações;

20.7 É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD;





20.8 O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância;

20.9 O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados;

20.10 Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado;

20.11 Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos;

20.12 Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD;

20.13 O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD;

20.14 Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO**

21.1. As partes contratuais ficam obrigadas a responder pelo cumprimento deste termo, perante o Foro da comarca de Telêmaco Borba, Estado do Paraná, independentemente de qualquer mudança de domicílio da CONTRATADA, que, em razão disso é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificação, citação inicial e outras medidas em direito permitidas.

E por estarem assim justos e contratados, firmam o presente, respondendo por si e por seus legais sucessores.

Telêmaco Borba, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

### **MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA**

Estado do Paraná  
CNPJ: 76.170.240/0001-04  
Rita Mara De Paula Araújo  
**Prefeita**

CNPJ nº \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
**Representante Legal**

\_\_\_\_\_  
Matricula \_\_\_\_\_  
**Gestor do Contrato**

\_\_\_\_\_  
Matricula \_\_\_\_\_  
**Fiscal do Contrato**

Testemunhas:

Rodrigo Otavio Safrater  
Matricula 10321

Franklin Xavier  
Matricula 9610



## ANEXO IV

### CUSTO ROÇADA

#### PLANILHA DE COMPOSIÇÃO CUSTOS MENSAIS

SERVIÇO DE ROÇADA DE CAPIM CAPOEIRA E GRAMA COM RASPAGEM REMOÇÃO E TRANSPORTE DOS RESÍDUOS

Nº Processo	
Licitação Nº	
Dia	__/__/__

Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)		
A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	__/__/__
B	Salário Normativo da Categoria Profissional	
C	Categoria profissional	
D	Data base da categoria (dia/mês/ano)	

Identificação do Serviço		
Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Qtd. Contratar
Roçada	m <sup>2</sup>	18.626.816,04

MÃO-DE-OBRA VINCULADA À EXECUÇÃO CONTRATUAL		
Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra		
1	Tipo de serviço	Roçada
2	Salário Normativo da Categoria Profissional	
3	Categoria profissional	
4	Data base da categoria (dia/mês/ano)	__/__/__

1 - MÃO DE OBRA		
Estimativas de Funcionarios		
Quantidade	Cargo	Salário Base
24	Operador de máquina*	R\$ 2.404,00
6	Coletores	R\$ 2.025,00
1	Encarregado	R\$ 2.404,00
1	Motorista	R\$ 2.636,00

\*Produtividade considerada de 312,50m<sup>2</sup>/h/homem

1.1 Operador de máquina*					
Discriminação	UN	QTD	PREÇO UN	SUBTOTAL	TOTAL
Salário Base	Mês	1	R\$ 2.404,00	R\$ 2.404,00	
Adicional de periculosidade	%	0%	R\$ -	R\$ -	
Adicional de insalubridade	%	0%	R\$ -	R\$ -	
Adicional noturno	%	0%	R\$ -	R\$ -	
Hora noturna adicional	Hora	0	R\$ 12,24	R\$ -	
Adicional de Hora extra	Hora	0	R\$ 16,39	R\$ -	
Intervalo Intrajornada		0	R\$ -	R\$ -	



Outros (Especificar)		0	R\$ -	R\$ -	
Total das Remunerações				R\$ 2.404,00	
Encargos Sociais	%	82,84%		R\$ 1.991,47	
Transporte	Un	52	R\$ 6,00	R\$ 312,00	
Auxílio alimentação	Un	1	R\$ 900,00	R\$ 720,00	
Desjejum		1	R\$ 205,00	R\$ 205,00	

Assistência médica e familiar		1	R\$ 94,50	R\$ 94,50	
Benefício Social		1	R\$ 31,00	R\$ 31,00	
Seguro de vida, invalidez e funeral		1	R\$ 12,02	R\$ 12,02	
Outros (Especificar)		1	R\$ 31,00	R\$ 31,00	
Total do Efetivo	Homem	24		R\$ 5.800,99	R\$ 139.223,85

1.2 Coletores					
Discriminação	UN	QTD	PREÇO UN	SUBTOTAL	TOTAL
Salário Base	Mês	1	R\$ 2.025,00	R\$ 2.025,00	
Adicional de periculosidade	%	0%	R\$ -	R\$ -	
Adicional de insalubridade	%	40%	R\$ 648,40	R\$ 648,40	
Adicional noturno	%	0%	R\$ -	R\$ -	
Hora noturna adicional	Hora	0	R\$ 10,31	R\$ -	
Adicional de Hora extra	Hora	0	R\$ 13,81	R\$ -	
Intervalo Intra jornada		0	R\$ -	R\$ -	
Outros (Especificar)		0	R\$ -	R\$ -	
Total das Remunerações				R\$ 2.673,40	
Encargos Sociais	%	82,84%	R\$ 2.214,64	R\$ 2.214,64	
Transporte	Un	52	R\$ 6,00	R\$ 312,00	
Auxílio alimentação	Un	1	R\$ 900,00	R\$ 720,00	
		1	R\$ 205,00	R\$ 205,00	
Assistência médica e familiar		1	R\$ 94,50	R\$ 94,50	
Benefício Social		1	R\$ 31,00	R\$ 31,00	
Seguro de vida, invalidez e funeral		1	R\$ 10,13	R\$ 10,13	
Outros (Especificar)		1	R\$ 31,00	R\$ 31,00	
Total do Efetivo	Homem	6		R\$ 6.291,67	R\$ 37.750,02

1.3 Encarregado					
Discriminação	UN	QTD	PREÇO UN	SUBTOTAL	TOTAL
Salário Base	Mês	1	R\$ 2.404,00	R\$ 2.404,00	
Adicional de periculosidade	%	0%	R\$ -	R\$ -	
Adicional de insalubridade	%	0%	R\$ -	R\$ -	
Adicional noturno	%	0%	R\$ -	R\$ -	
Hora noturna adicional	Hora	0	R\$ 12,24	R\$ -	
Adicional de Hora extra	Hora	0	R\$ 16,39	R\$ -	
Intervalo Intra jornada		0	R\$ -	R\$ -	
Outros (Especificar)		0	R\$ -	R\$ -	
Total das Remunerações				R\$ 2.404,00	
Encargos Sociais	%	82,84%	R\$ 1.991,47	R\$ 1.991,47	
Transporte	Un	52	R\$ 6,00	R\$ 312,00	
Auxílio alimentação	Un	1	R\$ 900,00	R\$ 720,00	



		1	R\$ 205,00	R\$ 205,00	
Assistência médica e familiar		1	R\$ 94,50	R\$ 94,50	
Benefício Social		1	R\$ 31,00	R\$ 31,00	
Seguro de vida, invalidez e funeral		1	R\$ 12,02	R\$ 12,02	
Outros (Especificar)		1	R\$ 31,00	R\$ 31,00	
Total do Efetivo	Homem	1		R\$ 5.800,99	R\$ 5.800,99

1.4 Motorista

Discriminação	UN	QTD	PREÇO UN	SUBTOTAL	TOTAL
Salário Base	Mês	1	R\$ 2.636,00	R\$ 2.636,00	
Adicional de periculosidade	%	0%	R\$ -	R\$ -	
Adicional de insalubridade	%	0%	R\$ -	R\$ -	
Adicional noturno	%	0%	R\$ -	R\$ -	
Hora noturna adicional	Hora	0	R\$ 13,42	R\$ -	
Adicional de Hora extra	Hora	0	R\$ 17,97	R\$ -	
Intervalo Intra jornada		0	R\$ -	R\$ -	
Outros (Especificar)		0	R\$ -	R\$ -	
Total das Remunerações				R\$ 2.636,00	
Encargos Sociais	%	82,84%	R\$ 2.183,66	R\$ 2.183,66	
Transporte	Un	52	R\$ 6,00	R\$ 312,00	
Auxílio alimentação	Un	1	R\$ 900,00	R\$ 720,00	
		1	R\$ 205,00	R\$ 205,00	
Assistência médica e familiar		1	R\$ 94,50	R\$ 94,50	
Benefício Social		1	R\$ 31,00	R\$ 31,00	
Seguro de vida, invalidez e funeral		1	R\$ 13,18	R\$ 13,18	
Outros (Especificar)		1	R\$ 31,00	R\$ 31,00	
Total do Efetivo	Homem	1		R\$ 6.226,34	R\$ 6.226,34

Total Item 1 <sup>32</sup>	R\$ 189.001,20
----------------------------	----------------

2 - UNIFORMES E EPI's<sup>33</sup>

Discriminação	UN	QTD	PREÇO UN	SUBTOTAL	TOTAL
Calça Refletiva	un	32	R\$ 135,00	R\$ 4.320,00	
Camiseta refletiva	un	32	R\$ 55,00	R\$ 1.760,00	
Boné árabe	un	6	R\$ 20,00	R\$ 120,00	
Calçado	un	32	R\$ 135,00	R\$ 4.320,00	
Luva	un	6	R\$ 15,00	R\$ 90,00	
Protetor de ouvido	un	6	R\$ 10,00	R\$ 60,00	
Oculos de proteção	un	30	R\$ 12,00	R\$ 360,00	
Capacete c/ protetor face abafador	un	24	R\$ 165,00	R\$ 3.960,00	
Luva Roçador	un	24	R\$ 40,00	R\$ 960,00	
Calçado Roçador	un	24	R\$ 130,00	R\$ 3.120,00	
Protetor perna	un	24	R\$ 55,00	R\$ 1.320,00	



Custo com Uniforme					R\$ 20.390,00
Periodicidade de fornecimento	un	1/6			R\$ 3.398,33

<b>Total Item 2<sup>32</sup></b>					<b>R\$ 3.398,33</b>
----------------------------------	--	--	--	--	---------------------

3 - Veículos/Equipamentos					
3.1 - Caminhão - FORD CARGO 1419 - 2022					
3.1.1 - Depreciação					
Discriminação	UN	QTD	PREÇO UN	TOTAL	Valor Mensal
Custo do chassi	R\$/unid.	1	R\$ 334.000,00	R\$ 334.000,00	
Valor residual chassi (10 anos)	%	25%	R\$ 83.500,00	R\$ 83.500,00	

Depreciação chassi (12 meses)	%	10%	R\$ 25.050,00	R\$ 25.050,00	
Total depreciação mensal	mês	12	R\$ 25.050,00	R\$ 25.050,00	<b>R\$ 2.087,50</b>

3.1.2 - Impostos e Seguros					
Discriminação	UNIDADE	QTD	PREÇO UN	TOTAL	Valor Mensal
IPVA (1%)	unid.	1	R\$ 3.340,00	R\$ 3.340,00	R\$ 278,33
Seguro Obrigatório	unid.	1	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Licenciamento	unid.	1	R\$ 94,61	R\$ 94,61	R\$ 7,88
Seguro total	unid.	1	R\$ 2.500,00	R\$ 2.500,00	R\$ 208,33
Total Impostos/Seguros	mês	12	R\$ 494,55	R\$ 5.934,61	<b>R\$ 494,55</b>

3.1.3 Manutenção					
Discriminação	UN	QTD	PREÇO UN	TOTAL	Valor Mensal
Custo depreciação chassi	R\$/unid.	1	R\$ 25.050,00	R\$ 25.050,00	
Custo Est manutenção 12 meses	%	75	R\$ 25.050,00	R\$ 18.787,50	
Total manutenção mensal	mês	12	R\$ 2.087,50	R\$ 1.565,63	<b>R\$ 1.565,63</b>

<b>Subtotal Mensal Veículo</b>					<b>R\$ 4.147,68</b>
--------------------------------	--	--	--	--	---------------------

3.1.4 - Consumos					
Discriminação	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO PARCIAL	TOTAL
Custo do óleo diesel	km/l	4,5	R\$ 7,24	R\$ 1,61	
Custo mensal óleo diesel	km	800	R\$ 1,61	R\$ 1.287,11	
Custo óleo de motor/5000km rodados	1/20000km	10	R\$ 41,80	R\$ 418,00	
Custo mensal óleo de motor	km	0,04	R\$ 418,00	R\$ 16,72	
C. óleo de transmissão	1/60000km	10	R\$ 40,00	R\$ 400,00	
Custo mensal com óleo transmissão	km/60000	0,01	R\$ 400,00	R\$ 5,33	
Total de Caminhões		1		R\$ 1.309,16	<b>R\$ 1.309,16</b>

3.1.5 - Pneus					
---------------	--	--	--	--	--



Discriminação	UN	QTD	PREÇO UN	TOTAL	Valor Mensal
Custo do jogo de pneus 275/80R22.5	unid.	6	R\$ 2.100,00	R\$ 12.600,00	
Custo do jogo completo/km rodado	km/jogo	60.000,00	R\$ 12.600,00	R\$ 0,21	
Custo mensal com pneus	km	800,00	R\$ 0,21	R\$ 168,00	
Total de Caminhões	Un	1		R\$ 168,00	R\$ 168,00

<b>Subtotal Mensal Consumo veículo</b>	<b>R\$ 1.477,16</b>
--	---------------------

<b>Total de Custos com Veículo</b>	<b>R\$ 7.712,34</b>
------------------------------------	---------------------

### 3..2 - Roçadeiras - Stihl FS 290 ou Husqvarna 545rx

3.2.1 - Depreciação					
Discriminação	UN	QTD	PREÇO UN	TOTAL	Valor Mensal
Roçadeira	R\$/unid.	26	R\$ 4.843,00	R\$ 125.918,00	
Depreciação anual	%	20%	R\$ 968,60	R\$ 25.183,60	

Total depreciação mensal	mês	12	R\$ 80,72	R\$ 2.098,63	R\$ 2.098,63
--------------------------	-----	----	-----------	--------------	--------------

3.2.2 - Manutenção					
Discriminação	UN	QTD	PREÇO UN	TOTAL	Valor Mensal
Custo do equipamento	R\$/unid.	26	R\$ 4.843,00	R\$ 125.918,00	
Depreciação do equipamento	%	20%	R\$ 968,60	R\$ 25.183,60	
Manutenção	%	70%	R\$ 678,02	R\$ 17.628,52	
Total Manutenção mensal	mês	12	R\$ 56,50	R\$ 1.469,04	R\$ 1.469,04

3.2.3 - Consumos Roçadeiras					
Discriminação	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO PARCIAL	TOTAL
Custo Gasolina	L/H	0,76	R\$ 6,69	R\$ 5,08	
Custo mensal gasolina	H/mês	150	R\$ 5,08	R\$ 762,66	
Custo óleo 2T	L/H	0,019	R\$ 36,64	R\$ 0,70	
Custo mensal óleo de motor	H/mês	150	R\$ 0,70	R\$ 104,42	
Total de Roçadeiras		24		R\$ 867,08	R\$ 20.810,02

<b>Custo mensal com roçadeiras</b>	<b>R\$ 24.377,69</b>
------------------------------------	----------------------

### 3.3 - Outros equipamentos

Discriminação	UN	QTD	PREÇO UN	SUBTOTAL	TOTAL
Foice	u/m	4	R\$ 50,00	R\$ 200,00	
Rastelo	u/m	4	R\$ 20,00	R\$ 80,00	
Vassourão	u/m	8	R\$ 20,00	R\$ 160,00	
Tela de Segurança	u/m	2	R\$ 120,00	R\$ 240,00	
Pá Retangular	u/m	4	R\$ 90,00	R\$ 360,00	
Forcado	u/m	4	R\$ 70,00	R\$ 280,00	





Custo total 12 meses	R\$/Conj			R\$	1.320,00
<b>Custo Total Mensal</b>	Mês	12			<b>R\$ 110,00</b>

<b>Subtotal outros equipamentos</b>	<b>R\$ 110,00</b>
-------------------------------------	-------------------

<b>Custo mensal com veículo e equipamentos</b>	<b>R\$ 32.200,03</b>
--	----------------------

4 - CUSTOS COM DESTINAÇÃO			
DESCRIÇÃO	%	Subtotal	TOTAL
Custo com destinação	2%	R\$ 232.311,91	R\$ 4.646,24
<b>Custo Total Mensal</b>			<b>R\$ 4.646,24</b>

5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO		
Custos Indiretos, Tributos e Lucro	%	Valor (R\$)
Custos Indiretos <sup>35</sup>	5,00%	R\$ 11.462,29
Tributos <sup>36</sup>	14,25%	R\$ 44.238,69
B1. Tributos Federais (especificar)		
PIS	7,60%	R\$ 23.593,97
COFINS	1,65%	R\$ 5.122,37
B.2 Tributos Estaduais (especificar)		
	0,00%	R\$ -



B.3 Tributos Municipais (especificar)		
ISSQN	5,00%	R\$ 15.522,35
B.4 Outros tributos (especificar)		R\$ -
Lucro <sup>37</sup>	10,59%	R\$ 25.500,15
Total Custos Indiretos, Tributos e Lucro		<b>R\$ 81.201,13</b>

Custo Mensal	
Item 1 - Mão de Obra	R\$ 189.001,20
Item 2 - Uniformes e EPI's	R\$ 3.398,33
Item 3 - Veículos e Equipamentos	R\$ 32.200,03
Subtotal	<b>R\$ 229.245,80</b>
Item 4 - Custos indiretos, Tributos e Lucro	R\$ 81.201,13
Total	<b>R\$ 310.446,93</b>

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA	
Descrição	
Valor proposto por unidade de medida	R\$ 0,2000000000
Valor mensal do serviço	R\$ 310.446,93
Valor global da proposta (valor mensal do serviço X nº meses do contrato)	R\$ 3.725.363,21

Marciano Moleta  
Economista  
Corecon/PR: 7785



## ANEXO V

### CUSTO CAPINA

Código		Composição							Unidade
COMPOSIÇÃO - DPPU		Capina manual de pavimento intertravado							Metro Quadrado
Fonte	Código	Tipo	Descrição	Unidade	Custo Unitário	BDI <sup>(1)</sup>	Preço com BDI	Coefficiente	Subtotal
B - Mão de obra - Servente	D <sup>(2)</sup>	D <sup>(2)</sup>	Custo unitário de execução	H	R\$ 0,9927	29,54%	R\$ 1,29	0,262	R\$ 0,34
		D <sup>(2)</sup>	Custo do FIC	H	R\$ 0,0418	29,54%	R\$ 0,05	0,262	R\$ 0,01
Custo Unitário (M²)									R\$ 0,35

(1) BDI conforme planilha apresentada.

(2) Planilha desonerada.

(3) Dados-Base: SICRO Outubro/2025 - Composição considerando 26,20% da área do item SICRO - 4915744, correspondente ao desconto da área líquida de paver em 1m2 com uma junta de interferência de 2cm

